



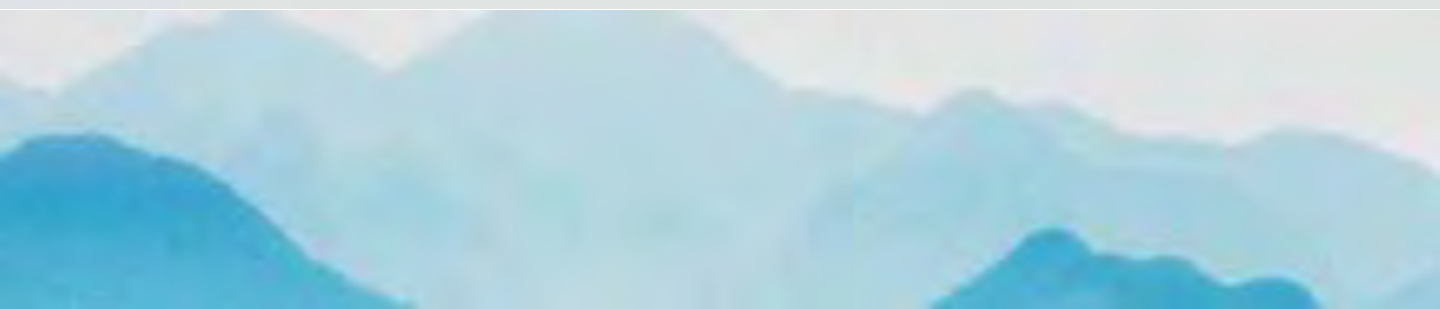
# **Divulgação na imprensa do anuário FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES**

**Total: 70 citações**

**Lançamento: 10 de dezembro de 2013**

**Ano 6 - 2013**

2/12 – Coluna Informe do Dia – Jornal O Dia  
6/12 – Coluna Negócios e Cia – Jornal O Globo  
8/12 – Jornal O Dia  
O Dia Online  
9/12 – Coluna Informe do Dia – Jornal O Dia  
9/12 – Coluna Extra, Extra! – Jornal Extra  
9/12 – Jornal do Commercio  
Diário Mercantil  
Rádio Roquette Pinto  
Rádio Sintonia do Vale  
10/12 – O Globo Online  
Extra Online  
Coluna Informe – Jornal O Fluminense  
Agência Estado  
Uol Notícias  
Exame.com  
Yahoo Notícias  
MSN Estadão  
Rede TV Notícias  
Portal R7 – Hoje em Dia  
O Diário.com  
Cruzeiro do Sul Online  
A Tarde.com.br



*Continuação do dia 10/12*

Jornal de Beltrão Online

A Cidade Online

A Redação Online

Liberal Online

TN Petróleo Online

Rádio Roquette Pinto

Macaé Offshore Online

Isto É Dinheiro Online

EBC

Agência Brasil

Setorial News Energia

DCI Online

Jornal do Brasil

Correio Braziliense Online

Manchete Atual Online

Jornal de Itaboraí Online

Rádio O Povo

Diário Democrático Online

Jornal O Fluminense



11/12 – Jornal O Fluminense

Monitor Mercantil

Jornal do Commercio

Diário Mercantil

Diário do Valle Online

Casimiro News.com.br

Bom Jesus News.com.br

O Popular Online

AIB News Online

Jornal DCI

Jornal Brasil Econômico (duas matérias diferentes)

A Tribuna – Niterói

Portos e Navios Online

Jornal RJ Sports

15/12 – Caderno Morar Bem – O Globo

O Globo Online

Jornal O Fluminense

O Fluminense Online

17/12 – Rádio Natividade FM

Conexão Noroeste



18/12 – MSN Dinheiro

Uol Economia

Yahoo Notícias

Bol Notícias

Info Money

19/12 – Coluna Informe do Dia – Jornal O Dia

O Dia Online

22/12 – Caderno Morar Bem – Jornal O Globo





## informe do dia



Fernando Molica com Carlos Brito e Luisa Bustamante

fotos: fotosinforme@odia.com.br e-mail: informe@odia.com.br

### Indústria acelera

■ A próxima revista 'Finanças dos Municípios Fluminenses' vai revelar o tamanho do crescimento da indústria automobilística no estado. Sede de fábrica da PSA Peugeot Citroën, Porto Real conquista, há dois anos, a maior arrecadação de ICMS per capita do país. Em 2012, foi de R\$ 8.782,67.

### 'Círculo virtuoso'

■ Para Julio Bueno, secretário de Desenvolvimento Econômico, a região do Médio Paraíba vive um "círculo virtuoso", já que a chegada de novos fornecedores atrai novas indústrias. Ele não confirma, mas na quinta-feira deverá ser anunciado o investimento da Land Rover no estado.



# Negócios & Cia



FLÁVIA OLIVEIRA

## Rendeu

Itaboraí arrecadou R\$ 168,4 milhões com ISS em 2012, salto de 113% sobre um ano antes. Por causa do Comperj, as receitas dobram todo ano, desde 2007, diz o Anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses, que sai terça.





# Indústria acelera Itatiaia

Cidade que abriga primeiro parque ecológico do país cresce com polo automotivo regional

AURÉLIO GIMENEZ  
aurelio.gimenez@odia.com.br

O anúncio de instalação da montadora inglesa Jaguar Land Rover, feito na última quinta-feira, jogou luz na pequena cidade de Itatiaia, mais conhecida por ser a sede do primeiro parque nacional do país, e que colhe os frutos do crescimento da indústria automotiva no Sul Fluminense. Junto com os municípios de Porto Real, Resende e Quatis formam o PRIQ, consórcio intermunicipal que prevê a geração de 45 mil postos de trabalhos, diretos e indiretos, até 2020.

Município com cerca de 30 mil habitantes, reconhecido pelo turismo ecológico, num período de quatro anos, entre 2012 e 2016, receberá investimentos na ordem de R\$2,8 bilhões, boa parte de-

les do setor automotivo. De acordo com a edição 2013 do Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançado depois de amanhã, a cidade vem aumentando ano a ano sua participação no ICMS (Imposto sobre Circula-

**Nos últimos cinco anos a receita do município cresceu 77%, chegando a R\$108,8 milhões**

ção de Mercadorias e Serviços) do estado.

Responsável pelo estudo, a economista Tânia Villela diz que a taxa de crescimento de Itatiaia se destaca, pois a arrecadação do ICMS se reflete também na do ISS (Imposto

municipal sobre Serviços) e no aumento da prestação de serviços essenciais para a população. “Nos últimos cinco anos a receita corrente do município cresceu 77%, chegando a R\$ 108,8 milhões. Para uma cidade pequena, é uma evolução importante”, comenta Tânia.

Prefeito do município, o empresário do setor de turismo Luis Carlos Ypê diz que o anúncio de instalação da Land Rover, com investimentos de R\$ 750 milhões, é um presente de Papai Noel para a cidade. “Estamos investindo forte no nosso polo industrial e de logística às margens da Dutra. Assim, conseguiremos ter um crescimento mais sustentável, não ficando tão dependente de outras fontes de renda, como o FPM (Fundo de Participação Municipal)”, aponta o prefeito.



Com 30 mil habitantes, Itatiaia quer crescer de maneira sustentável





Inaugurada em 2001, em Porto Real, a PSA Peugeot Citroën hoje funciona em três turnos



Em 2016, a primeira unidade da Land Rover na América Latina deve produzir 24 mil veículos de luxo por ano

**POLO INDUSTRIAL E LOGÍSTICO DE ITATIAIA**

EMPRESA	SETOR	INVESTIMENTO (R\$ mil)	VAGAS
Pátria Investimentos	Logística	200.000	1.100
Hyundai Heavy Industry	Máquinas e equipamentos	300.000	1.500
IBR-LAN (Ibrame)	Metalurgia	100.000	250
Michelin	Automotivo	1.100.000	300
Zoom Lion	Máquinas e equipamentos	340.000	500
Jaguar Land Rover	Automotivo	750.000	400
<b>TOTAL</b>		<b>2.790.000</b>	<b>4.050</b>

FONTE: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO (SEDEIS)

**Polo industrial expande mais que o turismo**

> Além da Land Rover, com capacidade para produzir 24 mil carros de luxo, o polo industrial de Itatiaia abriga a francesa Michelin, que ampliou seu parque fabril com recursos de R\$1,1 bilhão. A Hyundai Heavy Industry, de equipamentos pesados, começa a produzir no próximo ano. No local, a Procter & Gamble dobrou a produção.

Já a Pátria Investimentos alocou R\$ 200 milhões para erguer 160 mil metros quadrados de galpões que servirão à logística das indústrias da região, incluindo a construção de um rodoferrviário em parceria com a empresa férrea MRS. A máquina e equipamentos Zoom Lion e IBR-LAN estão no polo.



A MAN Latin America, de ônibus e caminhões, foi a primeira montadora a chegar à região, na década de 1990

**Varejo e transporte saem ganhando**

> Secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno diz que a Região Sul Fluminense vive um círculo virtuoso, com cada vez mais fornecedores vindo para atender às demandas das empresas instaladas. "A chegada de indústrias amplia a ca-

deia de serviços, como hotéis, restaurantes e locadoras de veículos", explica Bueno.

Prefeito de Resende, José Rechuan comemora o anúncio do município vizinho. "Com mais uma fábrica, melhora os investimentos em infraestrutura na região, como alça de acessos na Dutra e a

abertura do aeroporto na cidade", aponta o prefeito.

Eduardo Linhares, secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Renda de Porto Real, destaca que a região ganhou escolas técnicas e a universidade foi ampliada para qualificar a mão de obra local.

**FIQUE DE OLHO**

**CLUSTER AUTOMOTIVO**

■ Criado em abril deste ano, o 'Cluster Automotivo do Sul Fluminense' reúne 17 empresas, incluindo quatro grandes: MAN Latin America (caminhões Volkswagen), Michelin, Nissan e PSA Peugeot Citroën.

**CONCENTRAÇÃO**

■ Na economia industrial, um cluster se caracteriza pela concentração de empresas que se comunicam por terem características semelhantes e estarem numa mesma região. Colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes.

**RODOVIA DUTRA**

■ Com o apoio da Firjan, passados seis meses, o grupo elaborou o primeiro estudo de demandas para a região. Como o crescimento da atividade industrial deve aumentar o tráfego na Rodovia Presidente Dutra em mais de 120%, elevando o fluxo diário de veículos de 4.900 para 11.500, cobram a rápida implantação da Avenida do Contorno, ligando Itatiaia, Resende, Porto Real e Quatis à terceira faixa da Dutra; e outro que liga Resende a Porto Real com extensão para o sentido de Itatiaia.

**MAIS ENERGIA**

■ Até 2017, a demanda das empresas do setor por maior oferta de energia crescerá em 50%. A capacidade da distribuição da energia tem gerado constantes interrupções e variações de tensões, provocando prejuízos tanto para o setor industrial quanto para a população. O grupo pleiteia mais investimentos para ampliar a capacidade de distribuição de energia; além de melhorias nos serviços de voz e dados, com tecnologia mais avançada.

**EDUCAÇÃO**

■ Em fevereiro serão inaugurados cursos nas áreas automotiva, de automação e de mecatrônica do Senai em Resende.

07/12/2013 23:59:02

# Indústria automotiva acelera Itatiaia

Cidade que abriga primeiro parque ecológico do país cresce com polo automotivo regional

**AURÉLIO GIMENEZ**

Rio - O anúncio de instalação da montadora inglesa Jaguar Land Rover, feito na última quinta-feira, jogou luz na pequena cidade de Itatiaia, mais conhecida por ser a sede do primeiro parque nacional do país, e que colhe os frutos do crescimento da indústria automotiva no Sul Fluminense. Junto com os municípios de Porto Real, Resende e Quatis formam o PRIQ, consórcio intermunicipal que prevê a geração de 45 mil postos de trabalhos, diretos e indiretos, até 2020.

Município com cerca de 30 mil habitantes, reconhecido pelo turismo ecológico, num período de quatro anos, entre 2012 e 2016, receberá investimentos na ordem de R\$2,8 bilhões, boa parte deles do setor automotivo. De acordo com a edição 2013 do Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançado depois de amanhã, a cidade vem aumentando ano a ano sua participação no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do estado.

Responsável pelo estudo, a economista Tânia Villela diz que a taxa de crescimento de Itatiaia se destaca, pois a arrecadação do ICMS se reflete também na do ISS (Imposto municipal sobre Serviços) e no aumento da prestação de serviços essenciais para a população. “Nos últimos cinco anos a receita corrente do município cresceu 77%, chegando a R\$ 108,8 milhões. Para uma cidade pequena, é uma evolução importante”, comenta Tânia.

Prefeito do município, o empresário do setor de turismo Luis Carlos Ypê diz que o anúncio de instalação da Land Rover, com investimentos de R\$ 750 milhões, é um presente de Papai Noel para a cidade. “Estamos investindo forte no nosso polo industrial e de logística às margens da Dutra. Assim, conseguiremos ter um crescimento mais sustentável, não ficando tão dependente de outras fontes de renda, como o FPM (Fundo de Participação Municipal)”, aponta o prefeito.

## **Polo industrial expande mais que o turismo**

Além da Land Rover, com capacidade para produzir 24 mil carros de luxo, o polo industrial de Itatiaia abriga a francesa Michelin, que ampliou seu parque fabril com recursos de R\$1,1 bilhão. A Hyundai Heavy Industry, de equipamentos pesados, começa a produzir no próximo ano. No local, a Procter & Gamble dobrou a produção.

Já a Pátria Investimentos alocou R\$ 200 milhões para erguer 160 mil metros quadrados de galpões que servirão à logística das indústrias da região, incluindo a construção de um

rodoferroviário em parceria com a empresa férrea MRS. A máquina e equipamentos Zoom Lion e IBR-LAN estão no polo.

### **Varejo e transporte saem ganhando**

Secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno diz que a Região Sul Fluminense vive um círculo virtuoso, com cada vez mais fornecedores vindo para atender às demandas das empresas instaladas. “A chegada de indústrias amplia a cadeia de serviços, como hotéis, restaurantes e locadoras de veículos”, explica Bueno.

Prefeito de Resende, José Rechum comemora o anúncio do município vizinho. “Com mais uma fábrica, melhora os investimentos em infraestrutura na região, como alça de acessos na Dutra e a abertura do aeroporto na cidade”, aponta o prefeito.

Eduardo Linhares, secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Renda de Porto Real, destaca que a região ganhou escolas técnicas e a universidade foi ampliada para qualificar a mão de obra local.

### **CLUSTER AUTOMOTIVO**

Criado em abril deste ano, o ‘Cluster Automotivo do Sul Fluminense’ reúne 17 empresas, incluindo quatro grandes: MAN Latin America (caminhões Volkswagen), Michelin, Nissan e PSA Peugeot Citroën.

### **CONCENTRAÇÃO**

Na economia industrial, um cluster se caracteriza pela concentração de empresas que se comunicam por terem características semelhantes e estarem numa mesma região. Colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes.

### **RODOVIA DUTRA**

Com o apoio da Firjan, passados seis meses, o grupo elaborou o primeiro estudo de demandas para a região. Como o crescimento da atividade industrial deve aumentar o tráfego na Rodovia Presidente Dutra em mais de 120%, elevando o fluxo diário de veículos de 4.900 para 11.500, cobram a rápida implantação da Avenida do Contorno, ligando Itatiaia, Resende, Porto Real e Quatis à terceira faixa da Dutra; e outro que liga Resende a Porto Real com extensão para o sentido de Itatiaia.

### **MAIS ENERGIA**

Até 2017, a demanda das empresas do setor por maior oferta de energia crescerá em 50%. A capacidade da distribuição da energia tem gerado constantes interrupções e variações de tensões, provocando prejuízos tanto para o setor industrial quanto para a população. O grupo pleiteia mais investimentos para ampliar a capacidade de distribuição de energia; além de melhorias nos serviços de voz e dados, com tecnologia mais avançada.

### **EDUCAÇÃO**

Em fevereiro serão inaugurados cursos nas áreas automotiva, de automação e de mecatrônica do Senai em Resende.





## informe do dia



Fernando Molica *com Carlos Brito e Luisa Bustamante*

### MAIS INVESTIMENTOS

**E**m 2012, os municípios do Estado do Rio investiram R\$ 8,6 bilhões em educação, 7,2% a mais do que no ano anterior. O percentual supera um pouco a inflação oficial, que chegou a 5,84% — ou seja, a notícia é boa, mas o aumento dos recursos foi um pouco tímido. Os dados estão no anuário ‘Finanças dos Municípios Fluminenses’, que será lançado amanhã.

Em média, cada prefeitura aplicou, no ano, quase R\$ 5 mil por aluno, quantia semelhante à investida pelo estado. As melhores escolas privadas do Rio cobram mensalidades superiores a R\$ 2 mil.

#### Melhores e piores

■ Porto Real foi a cidade que mais investiu por aluno, R\$ 11.316; depois vieram Quissamã (R\$ 10.713) e Niterói (R\$ 9.358). Seguiram a vergonhosa lanterna Magé (R\$ 3.124), Belford Roxo (R\$ 3.359), Araruama (R\$ 3.495) e Miracema (R\$ 3.639).



## Os gastos da Saúde

- ▶ São Gonçalo e São João do Meriti foram as cidades que menos gastaram com saúde, por habitante, em 2012.
- ▶ É o que mostra o anuário dos municípios fluminenses, que será lançado amanhã.
- ▶ São Gonçalo gastou R\$ 275, por pessoa, e São João de Meriti, R\$ 205. As prefeituras caminharam na contramão, quando se compara com os outros gestores. O crescimento geral de 9%, em relação ao ano anterior, passou distante das duas cidades.
- ▶ No outro lado da tabela, aparecem São João da Barra e Porto Real. Nestas, o sistema público de saúde investiu o equivalente a R\$ 3 mil por cada morador.
- ▶ A capital está bem na fita e alavancou os números gerais, principalmente por causa das Clínicas da Família.

\*\*\*\*\*





PETRÓLEO

# R\$ 4,45 bi em royalties

Dos 92 municípios fluminenses, 85 dividiram R\$ 4,45 bilhões do tributo em 2012, alta de 12,5% frente ao ano anterior. Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense, liderou com folga o ranking de arrecadação, com R\$ 1,34 bilhão

» MATHEUS GAGLIANO

**D**os 92 municípios fluminenses, 85 formam um conjunto que recebeu, em 2012, aproximadamente R\$ 4,45 bilhões em royalties do petróleo, volume 12,5% superior verificado no ano anterior. A elevação pode ser explicada pelo aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional, que passou de US\$ 107,46, em 2011, para US\$ 109,46 no ano passado, alta de 1,9%. Os dados estão na 6ª edição do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançado amanhã e que foi obtido com exclusividade pelo Jornal do Commercio.

Elaborado pela Aequus Consultoria, o estudo mostra que o município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, com recolhimento de R\$ 1,34 bilhão em royalties, ainda é responsável pela maior parte da arrecadação. A cidade vizinha de Macaé, onde estão baseadas empresas do setor de óleo e gás, obteve a segunda colocação no recebimento dos recursos, com R\$ 542,6 milhões. Em seguida, aparecem Rio das Ostras (R\$ 351,1 milhões), Cabo Frio (R\$ 317 milhões), São João da Barra (R\$ 232,2 milhões), Casimiro de Abreu (R\$ 122,8 milhões), Maricá (R\$ 110,7 milhões), Quissamã (R\$ 107 milhões), Niterói (R\$ 100,9 milhões), Armação de Búzios (R\$ 81,3 milhões), Itaguaí (R\$ 40,9 milhões) e Carapebus (R\$ 39 milhões). Do grupo, apenas São João da Barra apresentou redução em relação ao ano anterior por conta da queda na produção do Campo de Frade, onde houve um vazamento há dois anos.

O maior destaque, no entanto, é o município de Itaguaí, com uma arrecadação de R\$ 8,4 milhões, em 2011, para R\$ 40,9 milhões no ano passado. De acordo com o estudo, este crescimento está associado à instalação da cidade na Zona de Proteção Ambiental (ZPP), ocorrida em março do ano passado.

Arraial do Cabo também obteve crescimento expressivo pelo segundo ano consecutivo, de 58,5%, graças à elevação da produção no Campo de Peregrino. Em 2010, o município recebeu R\$ 6,5 milhões, passando para R\$ 40,9 milhões, em 2011, e R\$ 40,9 milhões no ano seguinte.

Já Niterói se beneficiou do aumento na produção do campo de Lula e viu suas receitas oriundas do tributo dispararem 50,2% no ano passado em relação a 2011, obtendo R\$ 100,9 milhões.

## Dependência

No ranking dos municípios que mais recebem royalties per capita, São João da Barra está no topo, com quase R\$ 7 mil por pessoa, seguido por Quissamã, com R\$ 5 mil. Na terceira colocação, Casimiro de Abreu auferiu o equivalente R\$ 3 mil por cada habitante.

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, disse que, desde 2007, os repasses de royalties e participações especiais para os municípios fluminenses aumentaram 40%, passando de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. "A tendência é que esse volume continue aumentando por conta dos novos campos que vão entrar

em produção", afirma.

Sócia diretora da Aequus e editora do anuário, Tânia Vilela explicou que Maricá também tem apresentado crescimento constante desde 2008, quando a cidade arrecadou R\$ 8,7 milhões com royalties do petróleo. Em 2009, o volume passou para R\$ 26,3 milhões, saltando para R\$ 41,5 milhões e a R\$ 71,3 milhões nos dois anos seguintes, respectivamente. Tânia explica que o aumento da produção no Campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o responsável pelo desempenho. "É uma cidade que vai acabar se tornando bem dependente dos royalties do petróleo, visto que o tributo já responde por 37% da receita corrente do município", diz.

Ainda assim, Maricá não está entre as cidades mais dependentes dos recursos oriundos do petróleo. Em São João da Barra, por exemplo, os royalties do petróleo responderam por 65,3% da receita corrente em 2012.

Campos dos Goytacazes, que ficou com 30% do total repassado às cidades em 2012, foi além e, hoje, tem nos royalties e nas participações especiais um peso decisivo no orçamento, respondendo por 56,9% do total. Rio das Ostras, que ficou com 7,8% de tudo recolhido no ano passado, não fica atrás e tem no tributo arrecadado com a produção de petróleo 48,8% de sua receita.

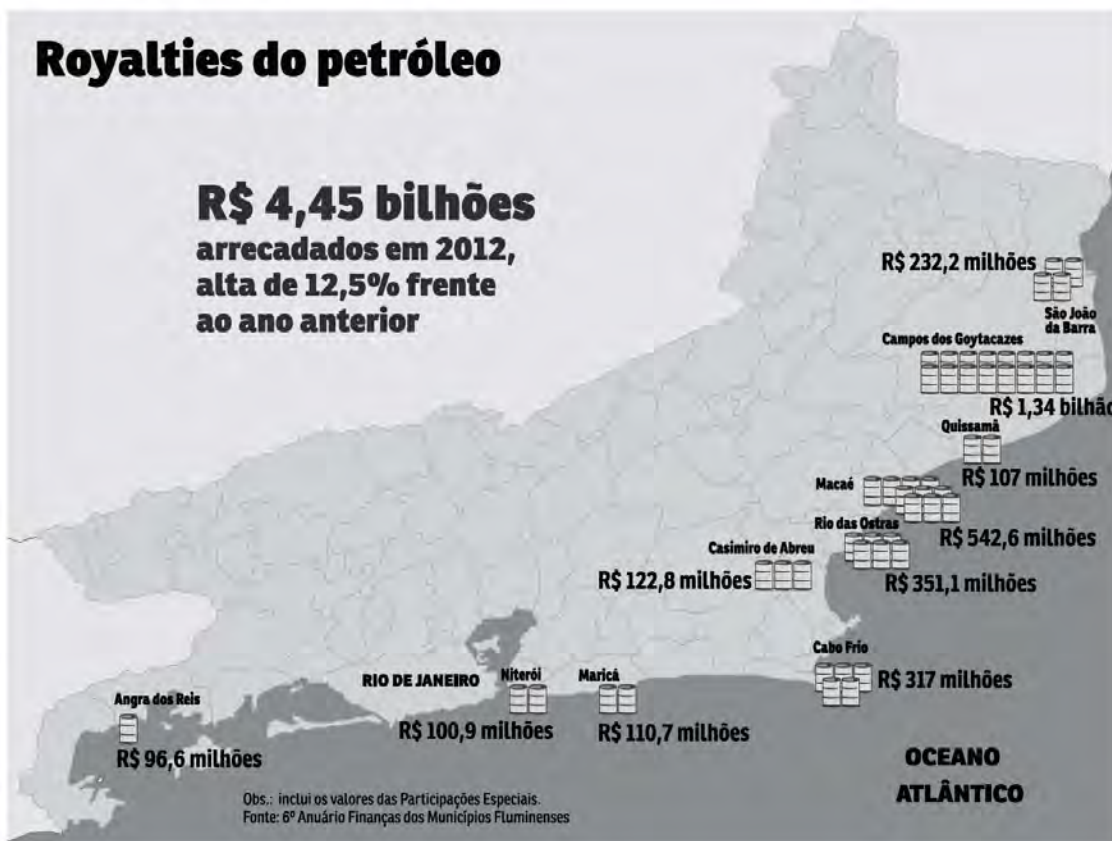


### Recursos

Bueno acredita que as cidades mais beneficiadas podem aproveitar os recursos para dar início uma série de ações que promovam a diversificação da economia local, além de investir em projetos de infraestrutura como construção de hospitais, escolas e estradas, entre outros. “É o caso de Rio das Ostras, que, mesmo tendo um volume alto de royalties, tem trabalho na atração de empreendimentos para seus distritos industriais. Isso já surte efeito. Em 2012, o peso do tributo na receita corrente do município foi de 48%”, exemplificou Bueno.

Para 2014, o secretário disse que é difícil fazer previsões levando em conta um mercado que envolve muitas variáveis como o setor petrolífero, mas confia em um bom resultado. “Há a importante variável de previsão de entrada em operação de novos campos da Petrobras e o consequente aumento da produção. Portanto, acreditamos que a arrecadação deverá aumentar na mesma proporção.”

Foi utilizado pelo estudo o preço do petróleo tipo Brent, que é considerado a principal referência para a valoração do óleo produzido no País. O estudo foi compilado utilizando dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).





## PETRÓLEO

# Municípios arrecadam R\$ 4,45 bi em royalties

MATHEUS GAGLIANO

CARLOS MAGNO/GOVERNO DO ESTADO

**D**os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, 85 formam um conjunto que receberam em 2012 aproximadamente R\$ 4,45 bilhões em royalties do petróleo, volume que é 12,5% superior do que o recebido no ano anterior. Essa elevação se dá devido ao aumento do barril do petróleo no mercado internacional, que passou de valor médio de US\$ 107,46, em 2011, para US\$ 109,46, uma elevação de 1,9%. Os dados estão na 6ª edição do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançado amanhã e que foi obtido com exclusividade pelo jornal do Commercio.

Elaborado pela Aequus Consultoria, o estudo mostra que o município de Campos, no Norte Fluminense, com R\$ 1,34 bilhão recebidos, ainda é responsável pela maior parte da arrecadação. Macaé, também no Norte do estado, onde estão baseadas empresas do setor de óleo e gás, ficou com a segunda colocação no recebimento dos recursos, com R\$ 542,6 milhões.

Em seguida, aparecem, Rio das Ostras (R\$ 351,1 milhões), Cabo Frio (R\$ 317 milhões), São João da Barra (R\$ 232,2 milhões), Casimiro de Abreu (R\$ 122,8 milhões), Maricá (R\$ 110,7 milhões), Quissamã (R\$ 107 milhões), Armação de Búzios (R\$ 31,3 milhões) e Carapebus (R\$ 39 milhões). Desse grupo, apenas São João da Barra apresentou redução na arrecadação com os royalties, de 10,1%, devido à queda na produção do Campo de Frade, local do vazamento ocorrido em 2011.

De acordo com a Petrobras, empresa responsável por mais de 90% do petróleo produzido no País, ocorreram interrupções programadas para manutenção em plataformas das bacias de Campos e de Santos. Além do fechamento do Campo de Frade, o declínio de campos mais antigos também foi responsável pela redução de 1,2% observada na produção dos campos petrolíferos do estado.

O maior destaque, no entanto, é o município de Itaguaí, que em 2011 teve direito a R\$ 8,4 milhões e agora passou a receber R\$ 40,9 milhões. De acordo com o estudo, isso ocorreu devido à inclusão da cidade na Zona de Produção Principal (ZPP) a partir de março do ano passado.

O secretário de Desenvolvi-



**O secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, disse que desde 2007 os repasses de royalties e participações especiais para os municípios do estado aumentaram 40%, passando de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 4,5 bilhões**

mento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, disse que desde 2007 os repasses de royalties e participações especiais para os municípios do estado aumentaram 40%, passando de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. “A tendência é continuar aumentando por conta dos novos campos que vão entrar em produção, já que o Rio é o grande palco onde a peça do pré-sal será encenada”, comentou o secretário.

Sócia diretora da Aequus e editora do anuário, Tânia Villela explicou que Maricá também tem apresentado um crescimento constante desde 2008, quando a cidade ficou com R\$ 8,7 milhões. No ano seguinte, a arrecadação do município saltou para R\$ 26,3 milhões. Em 2010, passou para R\$ 41,5 milhões e, em 2011, a cidade passou a ter direito a R\$ 71,3 milhões. O que ajudou a cidade a ganhar impulso em arrecadação recentemente foi o aumento da produção no Campo de Lula, na Bacia de Santos. “É uma cidade que vai acabar se tornando bem dependente dos royalties do petróleo, já que agora eles respondem por 37% da receita corrente do município”, disse ela.

Ainda assim, Maricá não está entre as cidades mais dependentes dos recursos do petróleo. Em São João da Barra, os re-

curso responderam por 65,3% da receita corrente da cidade no ano passado. O município de Campos dos Goytacazes, que ficou com 30% do total repassado às cidades, tem nos royalties e nas participações especiais um peso decisivo em seu orçamento, respondendo por 56,9% do total. Já Rio das Ostras, que ficou com 7,8% de tudo que foi repassado, tem o petróleo como responsável por 48,8% de sua fonte de receita.

Arraial do Cabo também obteve crescimento expressivo, de 58,5%, pelo segundo ano consecutivo, graças à elevação do Campo de Peregrino. Em 2010, recebeu R\$ 6,5 milhões, passando para R\$ 28 milhões, em 2011, chegando a R\$ 44,4 milhões, em 2012. O aumento está associado à produção no Campo de Peregrino.

Niterói foi outro município que se beneficiou com o aumento na produção do campo de Lula. A cidade da região metropolitana registrou uma elevação de 50,2%, passando a receber R\$ 100,9 milhões. No ranking dos municípios que mais recebem royalties per capita, São João da Barra está no topo, com quase R\$ 7 mil por pessoa, seguido por Quissamã, onde a arrecadação é de R\$ 5 mil. Na terceira colocação, Casimiro de Abreu auferiu o equivalente R\$ 3 mil per capita.

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico explicou que as cidades mais beneficiadas podem converter os recursos para promover a diversificação da economia, além de investir em infraestrutura, com construção de hospitais, escolas e estradas, entre outros.

“É o caso de Rio das Ostras, por exemplo, que mesmo tendo um volume alto de royalties tem trabalho na atração de empreendimentos para seus distritos industriais. Isso já surte efeito. Em 2012, o peso dos royalties na receita corrente do município foi de 48%”, exemplificou Bueno.

Para o próximo ano, o secretário fluminense disse que é difícil fazer previsões levando em conta um mercado que envolve muitas variáveis como o setor petrolífero, mas confia em um bom resultado. “Mantidas as mesmas condições desse ano há a importante variável de previsão de entrada em produção de novos campos da Petrobras e expressivo aumento da produção que é esperado. Portanto, acreditamos que a arrecadação deverá também aumentar na mesma proporção”, apontou.

Foi utilizado pelo estudo o preço do petróleo tipo Brent, que é considerado a principal referência para a valoração do óleo produzido no País.



09/12/2013 10:12:41

### **Entrevista com a editora do Anuário de Finanças dos Municípios Fluminense**

Tânia Villela comenta sobre o Anuário que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico vai lançar amanhã

Emissora: **Roquete Pinto**  
Programa: **Primeira Página (09h30)**

Em entrevista concedida à Rádio Roquette Pinto, Tânia Villela comenta sobre o Anuário que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico vai lançar amanhã.

ENTREVISTADA:  
Tânia Villela (editora do Anuário de Finanças dos Municípios Fluminense).



Sintonia  
do Vale  
99,3 FM

## Notícias

09.12.2013

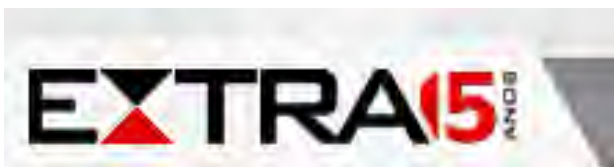
### Em 2012, os municípios do Estado do Rio investiram R\$ 8,6 bilhões em educação

Em 2012, os municípios do Estado do Rio investiram R\$ 8,6 bilhões em educação, 7,2% a mais do que no ano anterior. O percentual supera um pouco a inflação oficial, que chegou a 5,84% – ou seja, a notícia é boa, mas o aumento dos recursos foi um pouco tímido. Os dados estão no anuário ‘Finanças dos Municípios Fluminenses’, que será lançado amanhã.

Em média, cada prefeitura aplicou, no ano, quase R\$ 5 mil por aluno, quantia semelhante à investida pelo estado. As melhores escolas privadas do Rio cobram mensalidades superiores a R\$ 2 mil.

Porto Real foi a cidade que mais investiu por aluno, R\$ 11.316; depois vieram Quissamã (R\$ 10.713) e Niterói (R\$ 9.358). Em último estão Magé (R\$ 3.124), Belford Roxo (R\$ 3.359), Araruama (R\$ 3.495) e Miracema (R\$3.639).





## Investimentos em curso no Rio somam R\$ 104 bilhões, diz Secretaria de Desenvolvimento

Do total, cerca de R\$ 58 bilhões são de empresas privadas

BRUNO ROSA ([EMAIL](#))

Publicado: 10/12/13 - 16h53

RIO — O Rio de Janeiro tem hoje em andamento investimentos de cerca de R\$ 104 bilhões. Deste total, R\$ 58,070 bilhões são de empresas privadas, que estão construindo novas fábricas, centros de pesquisa e de desenvolvimento. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Rio há ainda mapeados outros R\$ 42 bilhões em novos empreendimentos que ainda não foram iniciados, dos quais R\$ 5,160 bilhões são de companhias privadas.

De acordo com Júlio Bueno, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio, a maior parte dos projetos em andamento está concentrada na cidade do Rio, que soma investimentos de R\$ 35,420 bilhões em curso, como a nova linha do Metrô e uma unidade da Rolls Royce. Em seguida aparece a Região Metropolitana do Rio, com R\$ 30 bilhões e unidades de diversas companhias. O Norte Fluminense, influenciado pelo setor de óleo e gás, soma R\$ 15,250 bilhões. Em último, o Sul do Estado, com R\$ 13,100 bilhões, que vem atraindo empresas do setor automotivo, como Peugeot, Nissan e Land Rover.

Para o levantamento, só foram considerados investimentos acima de R\$ 100 milhões. Entre os projetos em andamento, os empreendimentos foram iniciados em anos diferentes e, por isso, têm previsão de conclusão para os próximos anos. Júlio Bueno destaca que vem ocorrendo uma desconcentração dos recursos por todo o Estado.

- Estamos vendo uma série de projetos em andamento no Rio. No Sul do Estado, o setor automotivo e as empresas da cadeia do segmento estão criando um polo importante na região. No Norte do Estado, temos o Porto do Açu, que agora tem novo sócio, com muitos investimentos ocorrendo na região. A partir de 2014,

com a Anglo American fazendo o embarque de minério de ferro, vamos ver a chegada de pelletizadoras, como ocorreu no Espírito Santo. Cada pelletizadora traz investimentos de US\$ 1,5 bilhão - diz Bueno.

Como consequência, Bueno, que participou do lançamento do Anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses 2012, destacou o aumento na arrecadação de algumas cidades, por conta da construção dos empreendimentos. No Sul, a cidade de Porto Real viu a arrecadação de ICMS saltar de R\$ 65,4 milhões, em 2007, para R\$ 151,7 milhões em 2012. É um salto de 131,96%. Em São João da Barra, no Norte Fluminense, por conta da construção do Porto de Açú, a arrecadação do ISS, subiu de R\$ 1,6 milhão, em 2007, para R\$ 33 milhões - alta de 1.962%. Em Itaboraí, com as obras do Comperj, o recolhimento de ISS avançou 2.796%, de R\$ 5,8 milhões, em 2007, para R\$ 168 milhões, em 2012.

Entre 2007 e 2012, a arrecadação de ICMS nos municípios fluminenses subiu R\$ 2 bilhões (para R\$ 7 bilhões), enquanto a arrecadação de royalties avançou R\$ 1,2 bilhão, para R\$ 4,4 bilhões. Ao mesmo tempo, o recolhimento de ISS avançou R\$ 2,8 bilhões, para R\$ 6,5 bilhões.

- Por conta disso, estamos vendo ICMS e ISS ganhando mais peso na economia para as cidades do Rio e os royalties do petróleo ficando menos importantes - disse Bueno.

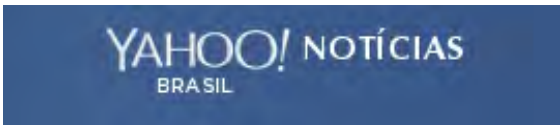


# Informe

Claudia Cataldi

## Lançamento

A Prefeitura de Niterói arrecadou quase R\$ 200 milhões com IPTU em 2012, valor 9,9% maior do que o ano anterior. O número é do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançado hoje pelo secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, a partir das 10h30, na Firjan.



**odiario.com**

**Maringá**

Mudar Cidade: Londrina



**A TARDE**  
.com.br

# JORNAL DE BELTRÃO

 **A CIDADE**

 **a redação**

**LIBERAL**

## Copa e Olimpíada dobram investimentos no RJ em 6 anos

10 de dezembro de 2013 | 13h 37

AE - Agência Estado

O volume de investimentos dos municípios do Rio de Janeiro quase dobrou em seis anos, passando de R\$ 3 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, entre 2007 e 2012. Os dados constam da Revista das Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançada nesta terça-feira, 10, pela Secretaria estadual de Desenvolvimento.

O governo do Estado atribui o crescimento à expectativa em torno da Copa do Mundo do ano que vem e dos Jogos Olímpicos de 2016. A escolha das sedes dos dois eventos esportivos aconteceram, respectivamente, em 2007 e 2009.

De 2007 a 2012 a capital fluminense registrou um salto de 225% nos investimentos. Embora tenha desacelerado esse ritmo, reduzindo em 3,4% seu volume de investimentos em 2012 frente à 2011, a administração da capital ainda investe quase praticamente o equivalente à prefeitura de São Paulo, maior cidade da América do Sul.

De uma receita corrente de R\$ 16,4 bilhões, o Rio de Janeiro investiu R\$ 3,5 bilhões ante R\$ 3,6 bilhões de São Paulo, mostra o levantamento.





Economia

## Royalties elevam receita dos municípios do Rio em 2012

10/12/2013 | 15h42

O ano de 2012 foi melhor para a arrecadação dos municípios do Rio de Janeiro, principalmente as cidades do interior do Estado localizadas na Bacia de Campos. A receita total dos municípios aumentou 6,6% no ano passado em relação ao ano anterior, chegando a R\$40,97 bilhões, sendo que o interior cresceu 8%, enquanto a capital teve um acréscimo de 4,8%. O levantamento foi apresentado hoje junto com o Anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

"Os números mostram que nesses últimos anos houve uma descentralização dos investimentos, deixando um pouco a região metropolitana do Rio e indo em direção ao interior do Estado", afirmou Julio Bueno, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico.

Esse crescimento da economia das cidades do interior se deve principalmente ao aumento de repasses dos royalties e das participações especiais de petróleo e gás, além do incremento de receita pelo Imposto Sobre Serviços (ISS). Em 2012, os municípios do interior do Estado receberam R\$4,38 bilhões em royalties e participações especiais, uma alta de 12,5% em relação a 2011. Em média, os royalties tiveram uma participação média de 12% na receita das cidades fluminenses.

As maiores expansões registradas no anuário foram em Queimados, Itaboraí, Bom Jardim, Maricá, Casimiro de Abreu, Mangaratiba, Itaguaí e Arraial do Cabo. Outro dado interessante vem de São João da Barra, onde está instalado o Complexo do Açú, e que foi o município do estado que mais teve variação na arrecadação de ISS.

Sobre os investimentos feitos no Estado, Julio Bueno lamentou os rumos das empresas do grupo EBX, de Eike Batista, porém, ressaltou os ativos deixados pela empresa, como os portos do Açú e do Sudeste. Bueno lembrou ainda dos fortes investimentos que estão por vir no Estado nos próximos anos decorrentes da exploração e produção de petróleo no pré-sal.

"Os campos de Libra e Franco juntos vão gerar investimentos de U\$500 bilhões nos próximos anos. É um valor muito significativo e que vai ajudar a manter a economia do Estado e das cidades do interior em crescimento", completou o secretário de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

*Fonte: Redação TN Petróleo/ Rodrigo Miguez*

10/12/2013 13:00:17

## **Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico Energia, Indústria e Serviços lançou o anuário de finanças do Município Fluminense**

A revista apresenta dados inéditos sobre investimentos públicos e arrecadação dos Municípios Fluminense

Emissora: **Roquete Pinto**

Programa: **Repórter Roquete 94 FM (13h00)**

O secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, lançou o anuário de finanças do Município Fluminense, elaborado com a Editora Aequus, em parceria com a secretaria. A revista apresenta dados inéditos sobre investimentos públicos e arrecadação dos Municípios Fluminense. De acordo com o secretário, muitos investimento estão sendo feitos nessa região, principalmente na região de Queimados, que está recebendo várias indústrias, principalmente depois das chuvas.

## Royalties: municípios se beneficiam com alta de preços do petróleo

Receberam R\$ 4,45 bilhões em royalties, em 2012, volume 12,5% maior do que o valor do ano anterior, comparados a preços corrigidos da inflação

10/12/2013

Rio de Janeiro (RJ) – Os municípios do Estado do Rio de Janeiro receberam R\$ 4,45 bilhões em royalties, em 2012, volume 12,5% maior do que o valor do ano anterior, comparados a preços corrigidos da inflação (pelo IPCA médio de 2012). Campos dos Goytacazes e Macaé, localizados no Norte Fluminense foram as duas cidades que mais receberam com a compensação financeira no Estado. O levantamento integra o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, com base nas informações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), lançado hoje pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

O aumento na receita de royalties aconteceu por causa da elevação dos preços internacionais do petróleo, que encerrou 2012 com a cotação média de US\$ 109,46 o barril (do tipo Brent, principal referência para a valoração do óleo produzido no Brasil), valor 1,9% maior que em 2011 – conforme dados da Organization of the Petroleum Exporting Countries (Opec). Já a produção nos campos do Estado do Rio de Janeiro sofreu queda de 1,2% na comparação com o ano anterior, devido, principalmente, à diminuição da produção da Bacia de Campos.

Segundo a Petrobras, empresa responsável por mais de 90% do petróleo produzido no país, aconteceram paradas programadas para manutenção em plataformas das bacias de Campos e de Santos. O fechamento do Campo de Frade (após o vazamento ocorrido em novembro de 2011) também foi responsável pela queda na produção, além do declínio de campos mais antigos.

“Apesar da queda de produção nos campos produtores que são confrontantes com o Rio de Janeiro, o preço do petróleo no mercado internacional e a variação do câmbio contribuíram para um aumento no total arrecadado, o que contribuiu para o aumento no volume total de royalties distribuídos para estados e municípios não produtores”, observou o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno.

Município responsável pela maior arrecadação de royalties no Estado do Rio de Janeiro e no País, Campos dos Goytacazes recebeu R\$ 1,34 milhão, em 2012, montante 7,3% acima do recebido no ano anterior. Para o segundo colocado, Macaé, foram pagos R\$ 542,6 milhões, alta de 8,4%, ante 2011. Em seguida, aparecem, Rio das Ostras (R\$ 351,1 milhões), Cabo Frio (R\$ 317 milhões), São João da Barra (R\$ 232,2 milhões), Casimiro de Abreu (R\$ 122,8), Maricá (R\$ 110,7 milhões), Quissamã (R\$ 107 milhões), Armação de Búzios (R\$ 81,3 milhões) e Carapebus (R\$ 39 milhões). Desse grupo, apenas São João da Barra apresentou redução na arrecadação com os royalties, de 10,1%, em decorrência da queda na produção do Campo de Frade.

“Itaguaí foi o município que registrou o maior crescimento na arrecadação de royalties em 2012. A cidade recebeu R\$ 40,9 milhões, sendo que até 2011, o máximo atingido havia sido R\$ 8,4 milhões. Essa forte alta aconteceu devido ao seu enquadramento na Zona de Produção Principal (ZPP) a partir de março de 2012”, ressalta a economista Tânia Villela, editora do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses.

Arraial do Cabo também obteve crescimento expressivo, de 58,5%, pelo segundo ano consecutivo. Em 2010, recebeu R\$ 6,5 milhões, passando para R\$ 28 milhões, em 2011, chegando a R\$ 44,4 milhões, em 2012. O aumento está associado à produção no Campo de Peregrino.

O aumento na produção do Campo de Lula contribuiu para o crescimento dos royalties de Maricá e Niterói, em 2012. O primeiro cresceu 55,2%, totalizando R\$ 110,8 milhões, e o segundo teve alta de 50,2%, chegando a receber R\$ 100,9 milhões.

No ranking dos municípios fluminenses que mais recebem royalties per capita, São João da Barra está no topo, com quase R\$ 7 mil por pessoa. Na segunda colocação está a cidade de Quissamã, onde a arrecadação é de R\$ 5 mil e, na terceira, Casimiro de Abreu auferiu o equivalente R\$ 3 mil per capita.

Dentre as 92 cidades do Estado do Rio de Janeiro, apenas cinco não recebem royalties do petróleo – Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios.



**ISTOÉ**  
**Dinheiro**



**Agência Brasil**  
Empresa Brasil de Comunicação



**DCI**

DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA & SERVIÇOS

**JORNAL DO BRASIL**

Sexta-feira, 20 de dezembro de 2013

**CORREIO BRAZILIENSE** | ECONOMIA  
Brasília, 20 de dezembro de 2013

**MANCHETE ATUAL**

Jornal  
**Itaboraí**

Bom dia - sexta, 20 de dezembro de 2013



10.12.2013

## Serviços e royalties aumentaram a receita dos municípios fluminenses

O retrato das finanças dos municípios fluminenses em 2012, registrado no anuário *Finanças dos Municípios Fluminenses*, indica que os serviços e *royalties* elevaram as receitas dos municípios do estado do Rio de Janeiro em 6,6% em relação a 2011, totalizando R\$ 40,97 bilhões.

O anuário, lançado hoje (10) pela secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, mostra a aceleração do aumento da receita; descentralização da economia para regiões do interior, decorrente da forte influência dos *royalties*; queda da participação do Imposto Predial, Territorial Urbano (IPTU); e crescimento das despesas com pessoal e custeio.

O crescimento da receita nas cidades do interior fluminense chegou a 8%, enquanto na capital houve um acréscimo de 4,8%. Para o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno, os números do anuário mostram que a estratégia adotada pelo governo estadual em incentivar a atração de empresas para o interior fluminense está absolutamente correta. “Podemos ver claramente a descentralização da economia em diferentes regiões do estado”, disse.

O anuário *Finanças dos Municípios Fluminenses* mostra ainda que alguns municípios do interior registraram aumento na receita total muito acima da média em 2012, comparativamente ao ano anterior. As maiores expansões foram registradas em Queimados (30,3%), Itaboraí (24,8%), Bom Jardim (24,6%), Maricá (24,4%), Casimiro de Abreu (24,2%), Mangaratiba (24%), Itaguaí (23,6%) e Arraial do Cabo (22,8%).



# Royalties elevam receita de Niterói

Afirmção foi feita através do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, e cita ainda influência do aumento de tributos

As finanças do município de Niterói em 2012 foram diretamente influenciadas pelo aumento da receita tributária e dos repasses dos royalties e participações especiais do petróleo que, juntos, responderam por mais de três quartos do aumento da receita total da cidade. A receita corrente de Niterói avançou 25% em seis anos, passando de R\$ 1.053.642,1, em 2007, para R\$ 1.324.245,2, em 2012. Na comparação com 2011, o crescimento foi de 9,2%. O levantamento é do anuário

Finanças dos Municípios Fluminenses, que será lançado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico hoje, dia 10.

Quinta maior receita corrente do Estado – atrás da capital, Campos dos Goytacazes, Macaé e Duque de Caxias – Niterói responde por 3,4% do total dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Em 2012, 50,9% da despesa foi aplicada em pessoal, 40,6% em custeio, 6,7% em investimentos e 1,7% com juros e amortizações da dívida.

O repasse dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural ao município em 2012 aumentou 50,2% em relação a 2011, saltando de R\$ 67,2 milhões para R\$ 100,8 milhões. “O bom desempenho se deve ao crescimento da produção do campo de Lula, na Bacia de Campos”, explica a economista Tânia Villela, editora do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses.

O levantamento mostra ainda o peso da arrecadação tributária para o município. O Imposto sobre Circulação

de Mercadorias (ICMS) foi responsável por 13,7% da receita corrente de Niterói e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) respondeu por 15,4%, em 2012.

A cidade recebeu R\$ 181 milhões pela quota parte do ICMS, 13,7% a mais do que em 2011 (um acréscimo de R\$ 21,8 milhões). Já a arrecadação com o ISS cresceu 9,9%, de 2011 para 2012. Foi a quarta maior arrecadação do Estado do Rio de Janeiro no ano passado, atrás apenas da capital, Macaé e Itaguaí. Em seis anos, o recolhimento

com o imposto teve alta de 74,6%, passando de R\$ 117,1 milhões, em 2007, para R\$ 204,4 milhões, em 2012.

Segundo município do Estado que mais arrecadou com o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em 2012, Niterói registrou crescimento de 7,9% em relação a 2011, chegando a R\$ 82,1 milhões. De acordo com o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, foi ainda a cidade que teve a maior participação do imposto na sua receita corrente no ano passado, com 6,2%. Com

uma população de 491.807 pessoas, o município ficou em segundo lugar no ranking de arrecadação de ITBI per capita, com arrecadação de R\$ 166,98 por habitante.

“Niterói vem registrando sucessivos acréscimos na arrecadação de ITBI. De 2007 a 2012, o recolhimento com o imposto teve alta de 117%. Esse crescimento pode ser explicado pela expansão do crédito imobiliário nos últimos anos, além da comercialização de novos empreendimentos”, analisa Tânia Villela. ■



## Cidades aumentam arrecadações em 2012

O retrato das finanças dos municípios fluminenses em 2012 revela aceleração no aumento da receita, forte influência dos royalties nos resultados do interior do Estado, queda da participação do IPTU e crescimento das despesas com pessoal e custeio. A receita total dos municípios aumentou 6,6% no ano passado ante o ano anterior, chegando a R\$ 40,97 bilhões em 2012, com destaque para a expansão no interior (8%), enquanto na capital houve um acréscimo de 4,8%. O levantamento é do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado hoje (10) pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento

Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

A receita total das cidades cresceu mais em 2012 do que em 2011 (em comparações com o ano anterior), tanto na capital quanto nas demais cidades. A aceleração no ritmo de incremento na cidade do Rio deveu-se, especialmente, à receita tributária, impulsionada pelo aumento no Imposto Sobre Serviço. Alguns municípios registraram aumento na receita total muito acima da média em 2012, comparativamente a 2011. Na lista, estão Queimados (30,3%), Itaboraí (24,8%), Bom Jardim (24,6%), Maricá (24,4%) e Casimiro de Abreu (24,2%). ■





# Royalties puxam a receita do Rio

Junto com os serviços, eles aumentaram 6,6% no ano passado em relação a 2011

Os serviços e royalties elevaram as receitas dos municípios do Estado do Rio de Janeiro em 6,6% em relação a 2011, totalizando R\$ 40,97 bilhões. O dado faz parte do anuário *Finanças dos Municípios Fluminenses*, que traça um retrato das finanças dos municípios fluminenses em 2012.

Lançada pela Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio, a publicação mostra ainda a aceleração do aumento da receita; a descentralização

da economia para regiões do interior, decorrente da forte influência dos royalties; a queda da participação do Imposto Predial, Territorial Urbano (IPTU); e o crescimento das despesas com pessoal e custeio.

O crescimento da receita nas cidades do interior fluminense ficou em 8%. No mesmo período, o incremento da economia na capital ficou em 4,8%.

Para o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno, os números do anuário mostram que

a estratégia adotada pelo governo estadual de incentivar a atração de empresas para o interior fluminense estaria correta.

“Podemos ver claramente a descentralização da economia em diferentes regiões do estado”, disse o secretário, segundo a Agência Brasil.

O anuário mostra também que alguns municípios do interior registraram aumento na receita total muito acima da média em 2012, comparativamente ao ano anterior.

As maiores expansões ocorreram em Queimados (30,3%), Itaboraí (24,8%), Bom Jardim (24,6%), Maricá (24,4%), Casimiro de Abreu (24,2%), Mangaratiba (24%), Itaguaí (23,6%) e Arraial do Cabo (22,8%).



*Bueno: prefere destacar interiorização que o peso do petróleo*



## FINANÇAS

# Rio: R\$ 42 bilhões em investimentos em 5 anos

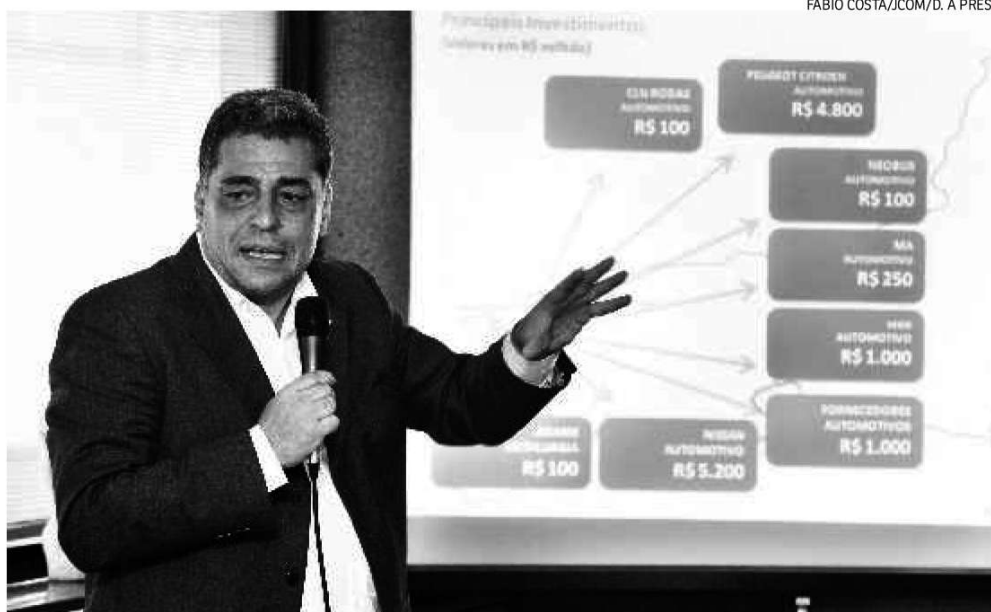
Resumo dos projetos está no anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, apresentado ontem pela Sedeis. Grande parte da aplicação dos recursos está no interior

» MATHEUS GAGLIANO

FABIO COSTA/JCOM/D. A PRESS

O Rio de Janeiro deverá atingir um volume de investimentos de aproximadamente R\$ 42 bilhões nos próximos cinco anos. Neste total estão incluídos grandes obras de infraestrutura, como os R\$ 5 bilhões que serão aplicados no Aeroporto Internacional do Galeão, na Ilha do Governador, na Zona Norte da capital, e o terminal logístico que a MRS construirá em Queimados, na Baixada Fluminense, que terá aporte de mais R\$ 400 milhões. Esses e outros dados foram apresentados ontem pelo secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, que participou do lançamento do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, produzido pela Aequus Consultoria.

Além disso, outros projetos voltados para diferentes setores são previstos no estado, como a construção do Porto de Maricá, na Região dos Lagos, fruto de investimentos de aproximadamente R\$ 6 bilhões e que será destinado para as operações da indústria de petróleo e gás. "Está na cara do pré-sal, não tem como dar errado", afirmou Bueno, que destacou também a criação do Distrito logístico de Cabo Frio, que receberá cerca de R\$ 500 milhões em recursos. "Esse projeto está na fase de estudos de impacto am-



Segundo Bueno, o Rio será muito beneficiado pela exploração dos campos de Libra e Franco

biental", acrescentou.

Bueno enfatizou ainda que o Rio será muito beneficiado pela exploração dos campos de Libra e Franco, na Bacia de Santos, que demandarão investimentos na compra de serviços e equipamentos. "Serão US\$ 560 bilhões em investimento no setor. O Rio é o centro disso", apontou.

### Descentralização

O anuário ilustra com exatidão o processo de descentralização da economia fluminen-

se. De acordo com o estudo, a receita corrente das cidades do interior cresceu 8% de 2011 para 2012, enquanto, na capital, a alta foi de 7,5%. Na média, a receita dos municípios subiu 7,8% na mesma base de comparação. De acordo com Bueno, a capital teve receita líquida de R\$ 16,43 bilhões ano passado, contra R\$ 23,04 bilhões do interior como um todo.

No ranking das cidades com a maior receita per capita, Quissamã no Norte Fluminense, lidera com R\$ 11.407,44, seguida por Porto Real (R\$ 10.825,12),

São João da Barra (R\$ 10.650,79), e Macaé (R\$ 8.775,42). Desses municípios, somente em Porto Real, que dispõe de um polo automotivo em expansão, não recebe recursos oriundos dos royalties do petróleo.

Na outra ponta, cidades da Região Metropolitana e da Baixada Fluminense são protagonistas do ranking de menor receita per capita, que é encabeçado por Queimados, com R\$ 1.545,50. A seguir vêm São Pedro da Aldeia (R\$ 1.521,06), Magé (R\$ 1.459,35), Japeri (R\$ 1.343,95) e Nilópolis (R\$ 1.267,49).



# Rio de Janeiro

## FINANÇAS

# Volume de investimentos de R\$ 42 bilhões até 2018

MATHEUS GAGLIANO

O estado do Rio de Janeiro deverá ter um volume de investimentos de aproximadamente R\$ 42 bilhões pelos próximos cinco anos. Estão incluídos nesse volume obras no setor de infraestrutura, como os R\$ 5 bilhões que devem ser aplicados no Aeroporto Internacional Tom Jobim/Galeão, na Ilha do Governador e o terminal logístico que a MRS construirá em Queimados, na Baixada Fluminense, que representará mais R\$ 400 milhões. Os dados foram apresentados ontem pelo secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, que participou do lançamento do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses,

da Aequus Consultoria.

Além disso, o estado terá recursos para o setor de óleo e gás, como a construção do Porto de Maricá, na região dos lagos, fruto de investimentos de aproximadamente R\$ 6 bilhões. "Está na cara do pré-sal, não pode dar errado", apostou. Há ainda a criação do Distrito logístico de Cabo Frio, que representa mais R\$ 500 milhões. Segundo Bueno, esse projeto está na fase de estudos de impacto ambiental.

Bueno enfatizou ainda que o Rio pode ser beneficiado pela exploração dos campos de Libra e Franco, na Bacia de Santos, que demandarão investimentos para a compra de equipamentos, como tubulações. "O Rio é o centro disso. Serão US\$ 560 bilhões em investimento em petróleo", apontou.

O anuário mostrou que está em curso uma descentralização da economia do estado do Rio. Para Bueno, isso é um retrato da política do governo fluminense de incentivar a atração de empresas para o interior. De acordo com o estudo, a receita corrente das cidades do interior cresceu 8% de 2011 para o ano passado, enquanto na capital esse aumento foi de 7,5%. Na média, a receita municipal registrou uma elevação de 7,8%. A capital fluminense registrou receita de R\$ 16,43 bilhões, enquanto a soma dos municípios do interior, obteve receita de R\$ 23,04 bilhões.

No ranking das dez cidades com a maior receita per capita, quem lidera é Quissamã, com R\$ 11.407,44, seguida por Porto Real, com R\$ 10.825,12, São João da Barra, com R\$

10.650,79, e Macaé, com R\$ 8.775,42. Desses municípios, somente em Porto Real não há o benefício dos royalties do petróleo. Segundo o estudo, o que explica a presença de Porto Real no ranking é a criação do polo automotivo da região.

Por outro lado, muitas cidades da região metropolitana do Rio e da Baixada Fluminense aparecem como as principais no ranking da menor receita per capita.

A lista tem a presença de Queimados, com R\$ 1.545,50, seguido de São Pedro da Aldeia, com R\$ 1.521,06, Magé, com R\$ 1.459,35, Japeri, com R\$ 1.343,95, e Nilópolis, com R\$ 1.267,49. Belford Roxo, São João de Meriti e São Gonçalo têm as menores entre todas elas, com R\$ 995,73, R\$ 882,55 e R\$ 860,89, respectivamente.



**DIÁRIO DO VALE**



CASIMIRONWS.COM.BR



BOMJESUSNEWS.COM.BR

# O POPULAR

DA COSTA DO SOL

AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS DAS REGIÃO DOS LAGOS

Miracema.RJ



Geral - 11/12/2013 - 19:22

## Royalties elevam receita de cidades fluminenses em 2012

O retrato das finanças dos municípios fluminenses em 2012 revela aceleração no aumento da receita, forte influência dos royalties nos resultados do interior, queda da participação do IPTU e crescimento das despesas com pessoal e custeio. A receita total das cidades aumentou 6,6% no ano passado ante 2011, chegando a R\$ 40,97 bilhões em 2012, com destaque para a expansão no interior (8%), enquanto na capital houve um acréscimo de 4,8%. O levantamento é do Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado nesta terça-feira (10/12) pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

– Os números do anuário mostram que a estratégia adotada pelo governo estadual em incentivar a atração de empresas para o interior fluminense está absolutamente correta. Podemos ver claramente a descentralização da economia em diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro – explicou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno. A receita total dos municípios cresceu mais em 2012 do que em 2011 (em comparações com o ano anterior), tanto na capital quanto nas demais cidades. A aceleração no ritmo de

incremento na cidade do Rio de Janeiro deveu-se, especialmente, à receita tributária, impulsionada pelo aumento no ISS (Imposto Sobre Serviços), que beneficiou-se do aquecimento no setor de serviços e da implantação da Nota Carioca (nota fiscal eletrônica).

No interior, por sua vez, o aumento dos repasses dos royalties e das participações especiais de petróleo e gás natural foram o combustível para o maior ritmo de elevação da receita, como efeito da alta nos preços internacionais do petróleo. Em 2012, os municípios do interior receberam R\$ 4,38 bilhões em royalties e participações especiais, com alta de 12,5% ante 2011, ou o equivalente a uma injeção adicional de recursos, de um ano para o outro, de R\$ 485,5 milhões. Também no caso do interior, houve forte influência positiva do setor de serviços no ano passado.

### **Destaques**

O Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses mostra ainda que alguns municípios do interior registraram aumento na receita total muito acima da média em 2012, comparativamente a 2011. As maiores expansões foram registradas em Queimados (30,3%), Itaboraí (24,8%), Bom Jardim (24,6%), Maricá (24,4%), Casimiro de Abreu (24,2%), Mangaratiba (24%), Itaguaí (23,6%) e Arraial do Cabo (22,8%).

Os motivos para os significativos incrementos variam entre os municípios. No caso de Queimados e Bom Jardim, o resultado refletiu o aumento no repasse dos recursos para o custeio do SUS, sendo que em Queimados o crescimento da receita tributária e do ICMS também contribuiu significativamente para o bom desempenho da receita total. Já em Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu e Maricá, o repasse dos royalties e participações especiais foram decisivos para o resultado. Tributos como ICMS e ISS, por sua vez, elevaram as receitas dos demais destaques de crescimento.

Enquanto cresce a influência dos serviços e dos royalties de petróleo e gás sobre as receitas municipais no Estado, os impactos gerados pelo IPTU são cada vez mais brandos. Em 2012, o IPTU do conjunto dos municípios fluminenses totalizou R\$ 2,45 bilhões, com aumento de 2,4% em relação ao ano anterior. Na capital, a alta foi de apenas 1%, enquanto no interior o incremento foi maior (5,2%).

– O que ocorre é que o IPTU tem perdido espaço nos orçamentos municipais nos últimos anos, como resultado da expansão, muito mais forte e acelerada, de outras receitas – disse a economista Tânia Villela, editora do anuário.

Também é destaque o crescimento da arrecadação com ITBI pelas cidades do Estado nos últimos anos, que chegou a R\$ 1 bilhão em 2012, crescimento de 88% na comparação com 2007.

– A expansão do crédito imobiliário foi o principal responsável pelo bom desempenho do imposto – afirmou Tânia.

O anuário estatístico também revela que 43,4% das despesas dos municípios fluminenses em 2012 foi referente a gastos com pessoal. Custeio (39,6%), investimentos (14,1%) e pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida (2,9%) completam a configuração dos gastos. No total, as despesas dos municípios fluminenses chegaram a R\$ 41,44 bilhões no ano passado, com alta de 8,5% ante o ano anterior. No interior, o aumento no período foi de 6,1%, enquanto na capital chegou a 11,4%.

### **Sobre o anuário**

O anuário Finanças dos Municípios Fluminenses reúne números referentes a receitas, despesas, resultado orçamentário, quota-parte municipal no ICMS, FPM, Royalties, ISS, IPTU, ITBI, taxas, pessoal, custeio, investimentos, juros e amortização da dívida, legislativos municipais, educação, saúde e assistência social. Em breve, a edição estará disponível para consulta pelo link [http://www.aequus.com.br/anuarios\\_rj.html](http://www.aequus.com.br/anuarios_rj.html)



### **Royalties elevam receitas de cidades no Rio**

SÃO PAULO // O retrato das finanças dos municípios fluminenses em 2012, registrado no anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, indica que os serviços e *royalties* elevaram as receitas dos municípios do estado do Rio de Janeiro em 6,6% em relação a 2011, para R\$ 40,97 bilhões. O anuário, lançado ontem pela secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, mostra que o crescimento da receita nas cidades do interior fluminense chegou a 8%, enquanto na capital, avançou 4,8%.



---

## ARRECAÇÃO

---

# Rio depende menos de royalties

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno, comemorou ontem o aumento da arrecadação com serviços nas obras de infraestrutura para os eventos esportivos. Mas disse que não abre mão dos royalties. **P4**



# Copa vale mais que petróleo

As obras de infraestrutura para os eventos esportivos, somadas a outros investimentos, como automobilísticos, mudaram o perfil de arrecadação dos municípios fluminenses, ampliando a importância do ISS nas receitas

Fernanda Nunes  
fernanda.nunes@brasileconomico.com.br

Os royalties da produção de petróleo e gás natural já não são a principal e mais promissora fonte arrecadadora dos municípios do Rio de Janeiro — um tradicional estado produtor de óleo. A receita de Impostos sobre Serviços (ISS) decorrente de uma série de obras de infraestrutura — intensificadas, sobretudo, a partir de 2009, com os preparativos para os eventos esportivos — já responde pela maior fatia dos recursos das prefeituras.

Até 2008, havia uma aproximação no recolhimento das duas fontes. Naquele ano, o total de municípios fluminenses arrecadou R\$ 4,4 bilhões em royalties e R\$ 4,38 bilhões em ISS. Mas, já no ano seguinte, houve um descolamento entre eles. Em 2012, a diferença se intensificou — os royalties ficaram em R\$ 4,74 bilhões e o ISS, em R\$ 6,55 bilhões.

A explicação do governo estadual é que, em 2009, começaram as obras para as Olimpíadas de 2016 e para a Copa de 2014. Além disso, ganhou corpo a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), iniciada em 2007.

Em São João da Barra, na região Norte Fluminense, a instalação do Porto do Açú, por Eike Batista, também funcionou para impulsionar a economia local. E, ainda que o projeto não tenha saído no cronograma e nas dimensões esperadas, com a derrocada do Grupo X, a expectativa do secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, Julio Bueno, é que a infraestrutura criada seja aproveitada por outras empresas, como a Petrobras, que, em sua opinião, deverá utilizar a área para armazenar o petróleo do pré-sal. Soma-se isso a instalação e ampliação de montadoras de automóveis.

O aumento da arrecadação do ISS, segundo o governo estadual, está diretamente relacionado ao serviço de construção, de fato, e também àqueles prestados aos empregados das empreiteiras e aos seus fornecedores, como o serviço de hospedagem e alimentação. Uma grande parcela, no entanto, ainda tem como foco o atendimento ao setor de petróleo e gás — caso do Comperj e do Porto do Açú —, o que indica que, apesar da perda de importância dos royalties para as prefeituras, permanece uma parcela importante



Dado Galdieri/Bloomberg

Obra do estádio do Maracanã está na lista das preparações para os jogos da Copa do Mundo 2014

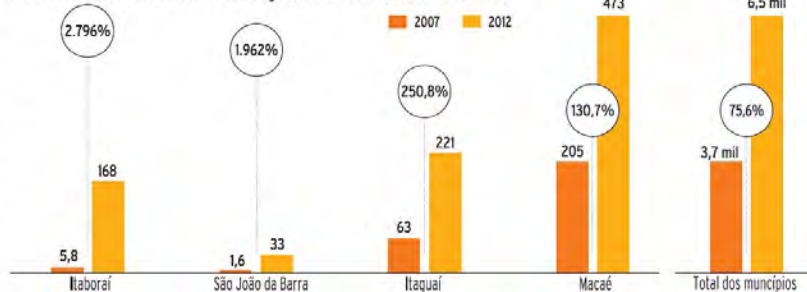
O aumento da arrecadação do ISS está diretamente relacionado ao serviço de construção e também àqueles prestados às empreiteiras e aos seus fornecedores

(STF), após impasse no Congresso. Os estados produtores, como o Rio, defendem que as alterações, que irão favorecer também os municípios e estados não produtores, tenham validade apenas a partir da sua sanção pela presidenta Dilma Rousseff. Enquanto os não produtores brigam para que a mudança seja retroativa.

Enquanto aguarda uma solução, Bueno comemora o novo perfil de arrecadação dos municípios fluminenses, com mais peso para o ISS. “Quanto mais os governos utilizarem o royalty para investimento em saúde e educação, melhor”, destacou o secretário estadual, ressaltando que os royalties do petróleo não serão mais direcionados a outras despesas que não sejam educação e saúde e que caberá, principalmente, ao ISS bancar as despesas das prefeituras fluminenses.

No município de Itaboraí, por exemplo, onde está sendo construído o Comperj, a arrecadação com os serviços subiu 2.796% de 2007 a 2012. E, no total dos municípios fluminenses, a alta foi de 75,6%. Na capital fluminense, a arrecadação avançou 65%. Mas em alguns municípios, sobretudo, os grandes produtores de petróleo, a arrecadação de royalties ainda supera a de ISS. É o caso de Macaé, onde está a Bacia de Campos, cuja receita de royalties em 2012 foi de R\$ 542 milhões e a de ISS, de R\$ 473 milhões.

## DESTAQUES DE ARRECADAÇÃO DE ISS (R\$ MILHÕES)



Até 2008, havia uma aproximação no recolhimento de ISS e royalty. Mas, já no ano seguinte, houve um descolamento entre as duas fontes. Em 2012, a diferença foi ainda mais intensificada

de dependência da economia fluminense à indústria petrolífera.

Concluídas as obras, a tendência é que o ISS retroaja em participação no total da arrecadação dos municípios. Mas, em contrapartida, a perspectiva é que cresça a participação do ICMS na receita, com o início dos projetos atualmente em obra. A perspectiva, portanto, é que, mesmo passados os eventos esportivos e o período de grandes obras, os royalties do petróleo não tenham mais para o

Rio a mesma importância que tiveram no passado.

Ainda assim, o governo do Rio de Janeiro não está disposto a mudar de posição na disputa pela divisão dos royalties. “Eu quero ter royalty, e muito”, afirmou Bueno, ao apresentar ontem as estatísticas das “Finanças dos Municípios Fluminenses”, relativas ao período de 2007 a 2012.

A definição sobre a divisão dos royalties do petróleo depende agora do Supremo Tribunal Federal



Fotos Divulgação



## Queimados cresce na rota do Arco Metropolitano do Rio

A cinco quilômetros da obra que vai conectar cinco grandes eixos rodoviários do país, município receberá R\$ 73,6 milhões em investimentos nos próximos meses, com a implantação de fabricante de bebidas e farmacêutica

Erica Ribeiro  
eribeiro@brasileconomico.com.br

A construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, autoestrada de 145 km que ligará os municípios de Itaboraí e Itaguaí, ao norte e ao sul da capital, está atraindo investimentos para a região. É o caso de Queimados, que vem chamando a atenção dos investidores. Nos próximos meses, dois empreendimentos prometem uma injeção de recursos de R\$ 73,6 milhões na economia local. Também no início de 2014, deve sair do papel um pólo intermodal da MRS Logística, complexo logístico de 700 mil metros quadrados, que ligará ferrovias e estradas.

A maior parte do investimento virá da fabricante de bebidas Aje-

bras, que vai desembolsar R\$ 63 milhões na ampliação da capacidade de produção de sua fábrica, já instalada no município. Os R\$ 10,6 milhões restantes são da fabricante de equipamentos hospitalares Baumer, para a instalação de uma planta com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2014. Mas estes não são casos isolados. Hoje, 20 empresas operam no distrito industrial de Queimados e outras 13 já iniciaram obras para novas instalações. A Companhia de Desenvolvimento Industrial (Codin), que administra o terreno, estima que as novas empresas invistam cerca de R\$ 336 milhões até 2016.

"A economia fluminense vive um momento espetacular. Quei-

“  
*Por trás desse projeto existe uma disposição em ampliar o transporte de manufaturados, itens agrícolas e materiais de construção, setores que se destacam no Rio*”

Marcelo Knudsen  
Gerente de logística da MRS

mados hoje tem infraestrutura e benefícios que atraem muitos investidores. A cidade é um exemplo dessa enorme diversificação. Outro dia estive lá para abertura de uma feira e vimos desde a presença de empreendimentos de pequeno porte, como um bistrô, a negócios médios, como uma fábrica de cosméticos, até uma gigante do porte da MRS”, afirma o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno.

Ele destacou que o crescimento de Queimados pode ser verificado pelo aumento na arrecadação do ISS, que demonstra um aquecimento na área de Serviços – principalmente na construção civil. “E, em breve com o início das operações de muitas empresas tam-

bém haverá maior aquecimento na arrecadação de ICMS. Aos poucos os municípios vão ficando menos dependentes do setor de petróleo”, acrescenta o secretário.

Um dos benefícios reais da cidade de Queimados para a atração de novas empresas é a localização. A uma distância de 43 quilômetros da capital e apenas cinco do Arco Metropolitano, o município está em posição equidistante dos portos do Rio e Itaguaí e tem a rodovia Presidente Dutra passando na porta do condomínio industrial da Codin, uma área de dois milhões de metros quadrados. De acordo com a Companhia, a região possui boa rede de água, gás e fibra óptica, e não serão necessárias grandes desapropriações.



## Estado descentralizou desenvolvimento

O estado do Rio fecha o ano de 2013 com investimentos em andamento, feitos por grandes empresas, de R\$ 104 bilhões. As informações são da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, que calcula também que os investimentos futuros no estado vão chegar a R\$ 42 bilhões.

"A grande transformação nos últimos cinco anos foi a descentralização do desenvolvimento no Rio, em

diferentes regiões. Apesar da piora da economia nacional no último ano, no Rio, os investimentos se mantêm em patamar elevado", disse Júlio Bueno, secretário de Desenvolvimento, enumerando projetos em andamento desde 2007, como a chegada e ampliação de montadoras e seus fornecedores, a construção de infraestrutura para eventos esportivos, além de empresas de petróleo e gás e do setor farmacêutico.

Ele aposta no setor de portos, na formação de um parque de pelotizadoras e na ocupação do Porto do Açú, construído por Eike Batista. Ele acredita que a Petrobras irá usar um espaço no Porto do Açú para armazenar petróleo do pré-sal.

"O espaço está pronto, não tem como a Petrobras não usá-lo. É uma pena o Grupo X não ter tido o sucesso esperado. Mas o Eike deixou ativos importantes no Rio", disse o secretário.



O futuro traçado do Arco Metropolitano que ficará pronto no primeiro trimestre de 2014

Foram essas as facilidades que atraíram a operadora de ferrovias MRS Logística e seu projeto de um polo intermodal para facilitar o fluxo entre Rio e São Paulo. Atualmente em fase de licença ambiental, o empreendimento está orçado em R\$ 100 milhões e deve gerar cerca de 300 empregos diretos e mil indiretos. Um protocolo de intenções prevê que a construção, por parte do governo, de uma alça de acesso ligando o polo ao Arco.

Marcelo Knudsen, gerente de logística da MRS, explica que, desde 2010, a empresa vem focando não só no transporte em si, mas na construção de facilitadores para o negócio. "Hoje, não há alternativa eficiente para o trecho entre Rio e São Paulo. As empresas estão reféns do transporte rodoviário", diz ao detalhar a busca por eficiência: "o trem nunca vai ter a capilaridade de uma rodovia, mas em distâncias de 300 a 400 quilômetros, se torna imbatível. Por isso, o objetivo é aumentar ao máximo o trecho ferroviário". Nas previsões da Codin, a implantação do polo reduzirá o tráfego em cerca de 500 caminhões por dia em direção ao Porto de Itaguaí. Só o polo de Queimados deve movimentar 620 mil toneladas de carga em

2016, número que pode chegar a 2,1 milhões de toneladas em dez anos de operação.

A princípio, o complexo de terminais terá uma área reservada para a movimentação de contêineres, outra para ensacamento e distribuição, reservada à cimenteira Tupi, e uma terceira parte para o fluxo de aços longos e planos de vários fabricantes. De acordo com Knudsen, 75% do mix de negócios da MRS está ligado ao transporte de minério, coque e carvão, mas existe uma necessidade do grupo em atentar para os 25% restantes. "Por trás desse projeto existe uma disposição em ampliar o transporte de manufaturados, itens agrícolas e materiais de construção, setores que se destacam no Rio", conta.

"Essa política de atração de empresas está sendo determinante para o crescimento da região", diz a economista Tânia Vilela, editora do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses. Lançado no início deste mês, o documento mostra que de 2011 para 2012, a arrecadação municipal de ICMS de Queimados teve alta de 26,8%, pulando de R\$ 24,1 milhões para R\$ 30,6 milhões. O recolhimento de ISS cresceu ainda mais: 41,5%, avançando de R\$ 11,3 milhões para R\$ 16 milhões.

### NÚMEROS

**R\$ 73,6 milhões**

Injeção de recursos na economia de Queimados nos próximos meses. Do total, a fabricante de bebidas Ajebras vai desembolsar R\$ 63 milhões. E a fabricante de equipamentos hospitalares Baumer, outros R\$ 10,6 milhões.

**R\$ 336 milhões**

Estimativa de novos empreendimentos na cidade até 2016, segundo dados da Companhia de Desenvolvimento Industrial (Codin), que administra o distrito industrial de Queimados. Hoje, 20 empresas operam no local e outras 13 já iniciaram obras para novas instalações.

## Lafarge escolhe o Rio para instalar seu novo centro de pesquisa e desenvolvimento

Fabricante francesa vai investir R\$ 4 milhões no empreendimento, que será o quinto no mundo

Fruto de um investimento de R\$ 4 milhões, o Laboratório de Desenvolvimento de Materiais de Construção da francesa Lafarge, fabricante de cimento e materiais para a área de construção civil no Brasil será o quinto no mundo. O local escolhido para instalação foi o bairro do Rio Comprido, na zona central da capital fluminense, em um terreno de mais de 1,2 mil metros quadrados. O objetivo do centro de pesquisa é aproximar a empresa do mercado por meio da inovação, desenvolver novos produtos e soluções para o setor, além de se tornar referência para o meio acadêmico e científico. A instalação abrigará cerca de 20 profissionais, entre engenheiros, arquitetos e técnicos, que vão trabalhar no desenvolvimento e aprimoramento de novas tecnologias na área de materiais de construção.

O memorando de entendimentos foi assinado ontem por Alexis Langlois, presidente da Lafarge Brasil; Eric Olsen, vice-presidente executivo de operações do Grupo Lafarge e Jean-Carlos Angulo, conselheiro do presidente mundial da Lafarge, na presença do Governador do estado do Rio, Sérgio Cabral e do secretário estadual de Desenvolvimento, Julio Bueno. Este será o 15º centro de pesquisas internacional que vem para o estado do Rio nos últimos cinco anos, de um total de 18 que se instalaram no Brasil no mesmo período.

Além do novo empreendimento, está prevista a inauguração, em janeiro de 2014, da nova unidade de cimento da companhia, no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste carioca. A nova planta terá capacidade de produção de 750 mil toneladas por ano de cimento e demandou investimentos de R\$ 70 milhões. Já a fábrica de cimento de Cantagalo, no interior do Rio terá sua capacidade de produção aumentada em quase 10%, atingindo a produção de cerca de 1,1 milhão de toneladas por ano.

A Lafarge está presente no Brasil desde 1959, com unidades industriais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraíba, Bahia e Pernambuco, além de representantes comerciais em todo o Brasil.

Para a produção de cimento, a Lafarge conta com oito fábricas e estações de moagem nas cidades de Arcos, Matozinhos, Montes Claros, Santa Luzia (MG), Caaporã (PB), Cantagalo (RJ), Candeias (BA) e Cocalzinho (GO).

**Está prevista a inauguração da nova unidade de cimento da companhia, na Zona Oeste carioca, em janeiro de 2014. A planta terá capacidade de produção de 750 mil toneladas por ano**



# Cidades investem mais em Educação

Relatório estadual coloca Niterói entre os três municípios que mais aplicaram verbas por aluno em 2012

ANDERSON CARVALHO

Niterói foi a sexta cidade que mais investiu em educação no Estado do Rio durante o ano de 2012. Foram R\$ 235.956.300, sendo R\$ 9.358 por aluno. Neste quesito ocupou o terceiro lugar, ficando atrás de Porto Real, com R\$ 11.316 por aluno, e Quissamã, R\$ 10.713. Magé, também na Região Metropolitana foi a última colocada, com apenas R\$ 3.124 por aluno. Os dados são do anuário "Finanças dos Municípios Fluminenses", da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, lançado ontem na Firjan-RJ, no Centro do Rio.

Em média, cada prefeitura aplicou, no ano, quase R\$ 5 mil por estudante. Foram ao todo, R\$ 8,6 bilhões em educação, 7,2% a mais do que em 2011. A inflação oficial de 2012 foi de 5,84%.

A variação do investimento de Niterói em relação a 2011 foi de 0,3%. Naquele ano, o gasto com ensino, por aluno, foi de R\$ 9.103,90, ficando também em terceiro no estado. O total in-

vestido foi R\$ 223.154.800. São Gonçalo foi a sétima colocada no estado em total de despesas com educação, sendo R\$ 200.982.400 – R\$ 4.297,89 por estudante. Em relação a 2011 a variação foi de 4,6% (R\$ 182.227.700). O investimento por aluno tinha sido de R\$ 3.943,47.

Itaboraí está mais abaixo, com R\$ 154.396.500 – R\$ 5.033,63 por aluno. O município acrescentou R\$ 31 milhões às despesas com ensino em 2012, se comparado a 2011, quando tinha investido R\$ 117.112.200 (R\$ 3.853,90 por estudante). A variação foi de 25,1%. Em Maricá o gasto no ano passado foi de R\$ 69.584.600 (R\$ 4.626,33 per capita). Uma variação de R\$ 12,5%. Em 2011 tinha a despesa total foi de R\$ 58.686.000 (R\$ 4.033,13).

A despesa com educação por aluno está ligada à dois fatores: receita corrente per capita e número de estudantes matriculados na rede municipal de ensino. O anuário ainda tem números referentes à saúde, royalties, ISS, IPTU, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e folha de pessoal e demais despesas.

Arquivo



EM 2012, várias unidades de educação infantil foram inauguradas e reformadas em Niterói



## Royalties puxam a receita do Rio

Quarta, 11 Dezembro 2013 09:14

Os serviços e royalties elevaram as receitas dos municípios do Estado do Rio de Janeiro em 6,6% em relação a 2011, totalizando R\$ 40,97 bilhões. O dado faz parte do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, que traça um retrato das finanças dos municípios fluminenses em 2012.

Lançada pela Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio, a publicação mostra ainda a aceleração do aumento da receita; a descentralização da economia para regiões do interior, decorrente da forte influência dos royalties; a queda da participação do Imposto Predial, Territorial Urbano (IPTU); e o crescimento das despesas com pessoal e custeio.

O crescimento da receita nas cidades do interior fluminense ficou em 8%. No mesmo período, o incremento da economia na capital ficou em 4,8%.

Para o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno, os números do anuário mostram que a estratégia adotada pelo governo estadual de incentivar a atração de empresas para o interior fluminense estaria correta.

“Podemos ver claramente a descentralização da economia em diferentes regiões do estado”, disse o secretário, segundo a Agência Brasil.

O anuário mostra também que alguns municípios do interior registraram aumento na receita total muito acima da média em 2012, comparativamente ao ano anterior.

As maiores expansões ocorreram em Queimados (30,3%), Itaboraí (24,8%), Bom Jardim (24,6%), Maricá (24,4%), Casimiro de Abreu (24,2%), Mangaratiba (24%), Itaguaí (23,6%) e Arraial do Cabo (22,8%).





**Demonstrado o Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses de 2012, a receita das cidades obteve um aumento de 6,6%, em comparação com 2011, somando R\$ 40,97 bilhões. Os royalties de petróleo foram os maiores responsáveis pelo bom número, já que os municípios do interior ficaram com R\$ 4,38 bilhões, representando alta de 12,5%.**

# O peso de taxas e impostos

Imóveis novos podem ficar até 7,4% mais caros com cobranças extras feitas ao longo da obra

**KARINE TAVARES**

karine.tavares@oglobo.com.br

**S**ati, ITBI, escritura, interveniência. Parece um dicionário de palavras cabeludas, mas são apenas os nomes de algumas das taxas e impostos pagos por quem compra um imóvel. Talvez por isso seja tão fácil esquecer deles na hora de botar na ponta do lápis os custos totais da tão sonhada casa própria. O problema é que, não bastassem seus nomes feios, eles ainda pesam no bolso. Um apartamento na planta anunciado a R\$ 750 mil, por exemplo, pode custar acima de R\$ 805 mil depois de pagas todas as taxas, impostos e custos cartoriais: 7,43% a mais.

São taxas como a de interveniência (2%) — cobrada pelo banco que faz o financiamento da obra quando o comprador prefere utilizar outra instituição financeira —, a taxa de ligações definitivas (2%) — para pagar obras extras exigidas por concessionárias de água, luz e gás, como ramais específicos para abastecer aquele empreendimento, por exemplo — e a Sati (Serviço de As-

sistência Técnica Imobiliária), que costuma girar em torno de 1% do valor do imóvel. Essa é, sem dúvida, a mais polêmica. Pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) mostrou que oito das dez maiores construtoras do país cobram a taxa.

— O problema da Sati é que quase sempre ela é embutida no preço, e o consumidor nem sabe que está pagando. É abusivo. Só podem ser cobradas taxas pela prestação de serviços. Se o comprador quiser, tudo bem que ele pague — opina Mariana Alves Tornero, advogada do Idec.

Presidente da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário do Rio (Ademi-RJ), João Paulo Matos afirma que a Sati é cobrada pelas imobiliárias que trabalham nos lançamentos:

— São taxas opcionais que vêm sendo muito negociadas com o cliente.

#### **TAXAS PODEM SER REVISTAS NA JUSTIÇA**

Outra polêmica é a corretagem (5% a 6% sobre o valor do imóvel). Se cobrada do comprador, deve ter seu valor descontado do preço final do imóvel. De

outra forma, é ilegal.

— O encargo é do vendedor. Se for pago diretamente pelo comprador, sem que isso afete o preço final do imóvel, tudo bem. Caso contrário, é um “plus” indevido e ilegal — alerta Hamilton Quirino, advogado especializado em direito imobiliário.



#### **Glossário**

**SATI.** O Serviço de Assistência Técnica Imobiliária é uma taxa de assessoria para auxiliar o comprador. Se o serviço for prestado e aceito pelo cliente, ok. Não pode ser imposto.

**CORRETAGEM.** Pode ser cobrada desde que seu valor seja abatido do preço final. Se a venda é direta, não pode ser cobrada.

**INTERVENIÊNCIA.** Cobrada quando o





Por isso, quem não quiser pagar por esses serviços deve estar atento às letri-nhas miúdas, e graúdas, dos contratos.

— Em última instância, o consumidor que se sentir lesado sempre pode recorrer à Justiça para reaver o que foi pago indevidamente. E, muitas vezes, ele ganha — diz o advogado tributarista Carlos Fujita, que fez uma estimativa para o Morar Bem sobre o custo final de um imóvel novo e outro usado anunciados a R\$ 750 mil.

No caso do imóvel usado, o peso é menor pois só incidem sobre ele os impostos e custos cartoriais. Ainda assim, esse valor cresceu muito no último ano:

— O custo da escritura explodiu após aumento autorizado pela Justiça no início do ano. Anteriormente era de cerca de R\$ 1.500 para qualquer imóvel e hoje é de R\$ 3 mil para cima. O mesmo ocorre com o RGI, que também subiu e hoje gira em torno dos R\$ 2 mil — diz Armando Miceli, advogado especializado em direito imobiliário.

#### ITBI PROVOCA MAIS DISTORÇÕES

Com isso, o imóvel usado anunciado a R\$ 750 mil tem um custo final em torno dos R\$ 768 mil, ou 2,43% maior. A escritura e o registro geral de imóveis têm preços fixos segundo tabela aplicada pela Corregedoria Geral de Justiça que leva em conta o valor dos imóveis; e o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) é de 2% sobre o valor do imóvel. O problema é que vale o que for maior: o valor efetivamente pago ou o arbitrado pela prefeitura. Como, no Rio, esses valores costumam ser até 30% mais altos, essa diferença de 2,43%

pode crescer muito.

Essa distorção acontece, segundo a Secretaria de Fazenda, porque a base de informações usada para calcular o valor dos imóveis é dada pelos próprios contribuintes e tratada estatisticamente para avaliar cerca de dois milhões de imóveis. Justamente por isso, é possível pedir a revisão desse valor. Antes ou depois de seu pagamento — no segundo caso, às vezes é preciso insistir, reclamam compradores. Depois, é necessário ir à Coordenadoria do ITBI, no prédio anexo da Prefeitura, na Cidade Nova, solicitar a guia de revisão e entregar documentos como identidade e CPF, além de fotos do imóvel e documentos que comprovem seu real valor (a lista está disponível no site da Secretaria: [rio.rj.gov.br/web/smf](http://rio.rj.gov.br/web/smf)). O tempo médio para a análise é de 15 dias.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

comprador decide fazer o financiamento com uma instituição financeira diferente da oferecida pela construtora.

**LIGAÇÕES DEFINITIVAS.** Remuneração prevista em contrato que pode ser cobrada se concessionárias de luz, água e gás fizerem exigências de obras específicas.

**TAXA DE REPASSE.** Cobrada pela construtora quando o comprador revende o imóvel ainda durante a obra.





**COMPRA  
DE IMÓVEL NOVO**

---

**Preço anunciado para  
compra 750 mil**

---

**Taxa SATI 1% R\$ 7.500**

---

**Taxa de interveniência 2%  
R\$ 15.000**

---

**Taxa de ligações definitivas  
R\$ 15.000**

---

**ITBI 2% R\$ 15.000**

---

**Escritura e registro  
R\$ 3.267,71**

---

**Custo total R\$ 805.767,71**





**COMPRA  
DE IMÓVEL USADO**

---

**Preço anunciado  
R\$ 750.000**

---

**ITBI 2% R\$ 15.000**

---

**Escritura e registro  
R\$ 3.267,71**

---

**Custo total  
R\$ 768.267,71**





## Arrecadação do ITBI cresceu 20% no Rio

Imposto recolhido na cidade chegou a R\$ 748,9 bilhões em 2012, 71,6% de todo o estado

**U**m dos pesos-pesados nessa conta do custo final de um imóvel, o ITBI (Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis) ajudou a encher o cofrinho da cidade no ano passado: foram R\$ 748,9 bilhões arrecadados, valor 20% maior que em 2011. Os números integram o levantamento feito para o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado na semana passada

pela Aequus Consultoria, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Para Tânia Villela, editora do anuário e economista, a explicação é a expansão do crédito imobiliário nos últimos anos. Na comparação com 2007, primeiro ano em que o levantamento foi feito, o crescimento da arrecadação carioca é ainda mais expressivo: 95%:

— A construção civil foi o setor que mais se beneficiou dos efeitos positivos do crescimento vivido pelo país a partir de 2004 e até a crise financeira mundial, de 2008. Isso acabou se refletindo no financiamento de imóveis, principalmente nos grandes centros urbanos. A comercialização de novos empreendimentos aumentou significativamente a base tributária do ITBI.

Não à toa, é na capital que se concentram 71,6% de tudo o que foi arrecadado com o imposto no Estado do Rio, que chegou a R\$ 1,05 bilhão, em 2012, um aumento de 17,7% em relação a 2011. Segundo município que mais recolheu ITBI, Niterói avançou sua participação em 7,6%, chegando a R\$ 82,1 milhões. Somando-se ao valor arrecadado pela capital, os dois respondem por

79,5% de todo volume arrecadado pelas prefeituras fluminenses. Macaé, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, três principais cidades do Norte Fluminense, completam o ranking das cinco que mais arrecadaram no estado.

### PESO NO ORÇAMENTO TOTAL

Mas, apesar de sua importância crescente para a receita das prefeituras, o ITBI ainda tem

pouca representatividade no total das receitas dos municípios brasileiros. Na média nacional, ele representa 2%. Já em grandes centros urbanos do Sul e do Sudeste, o peso é maior. Na cidade do Rio de Janeiro, chega a 4,6%, por exemplo. Acima de São Paulo, onde é de 3,6%, mas abaixo de outras capitais como Florianópolis (5,6%), Porto Alegre (5,4%) e Belo Horizonte (4,9%). ●



## Arrecadação do ITBI cresceu 20% no Rio

Imposto recolhido na cidade chegou a R\$ 748,9 milhões em 2012, 71,6% de todo o estado

Publicado: 15/12/13 - 8h00

Um dos pesos-pesados nessa conta do custo final de um imóvel, o ITBI (Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis) ajudou a encher o cofrinho da cidade no ano passado: foram R\$ 748,9 milhões arrecadados, valor 20% maior que em 2011. Os números integram o levantamento feito para o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado na semana passada pela Aequis Consultoria, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Para Tânia Villela, editora do anuário e economista, a explicação é a expansão do crédito imobiliário nos últimos anos. Na comparação com 2007, primeiro ano em que o levantamento foi feito, o crescimento da arrecadação carioca é ainda mais expressivo: 95%:

— A construção civil foi o setor que mais se beneficiou dos efeitos positivos do crescimento vivido pelo país a partir de 2004 e até a crise financeira mundial, de 2008. Isso acabou se refletindo no financiamento de imóveis, principalmente nos grandes centros urbanos. A comercialização de novos empreendimentos aumentou significativamente a base tributária do ITBI.

Não à toa, é na capital que se concentram 71,6% de tudo o que foi arrecadado com o imposto no Estado do Rio, que chegou a R\$ 1,05 bilhão, em 2012, um aumento de 17,7% em relação a 2011. Segundo município que mais recolheu ITBI, Niterói avançou sua participação em 7,6%, chegando a R\$ 82,1 milhões. Somando-se ao valor arrecadado pela capital, os dois respondem por 79,5% de todo volume arrecadado pelas prefeituras fluminenses. Macaé, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, três principais cidades do Norte Fluminense, completam o ranking das cinco que mais arrecadaram no estado.

### **Peso no orçamento total**

Mas, apesar de sua importância crescente para a receita das prefeituras, o ITBI ainda tem pouca representatividade no total das receitas dos municípios brasileiros. Na média nacional, ele representa 2%. Já em grandes centros urbanos do Sul e do Sudeste, o peso é maior. Na cidade do Rio de Janeiro, chega a 4,6%, por exemplo. Acima de São Paulo, onde é de 3,6%, mas abaixo de outras capitais como Florianópolis (5,6%), Porto Alegre (5,4%) e Belo Horizonte (4,9%).



# Receita alavanca o crescimento

Em Itaboraí, arrecadação com ISS cresceu 2,8 mil % em cinco anos. Em Niterói, ITBI foi destaque, com aumento de 117% no período

LEONARDO SODRÉ

A expansão do crescimento imobiliário em Niterói representou significativo aumento na arrecadação do imposto cobrado sobre essas transações, o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis). Nos últimos cinco anos, Niterói avançou 117,2% em arrecadação no período, chegando a R\$ 82,1 milhões. Já em Itaboraí, o destaque é para o crescimento de arrecadação com Imposto Sobre Serviço (ISS). O aumento no período de 2007 a 2012, chegou a 2.807,3%. O município que arrecadava R\$ 5,7 milhões com o imposto há cinco anos atrás, fechou 2012 com R\$ 168,3 milhões arrecadados.

O detalhamento das arrecadações e investimentos realizados com a renda em Niterói e Itaboraí, como também em São Gonçalo e Maricá, foram divulgados no anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Para a diretora da Aequus Consultoria, responsável pela publicação, Tânia Vilela, os investimentos em Itaboraí por conta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) justificam o crescimento.

"Na medida em que a cidade recebe novas empresas e passa a recolher os tributos, isso reflete no tesouro municipal. Isso é o que está acontecendo em Itaboraí", ressalta.

Niterói, por sua vez, arrecadou de ISS em 2012 R\$ 204,3 milhões, 74,6 % a mais que em 2007. São Gonçalo arrecadou R\$ 56,3 milhões no ano passado, enquanto Maricá recebeu R\$ 17,2 milhões. A variação nas duas cidades, comparado com 2007, foi de 69,0% e 296,2% respectivamente.

Já o recolhimento do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) em Niterói é muito maior do que nas cidades vizinhas, de acordo com o estudo. Em 2012, o município arrecadou R\$ 199,7 milhões enquanto São Gonçalo recolheu R\$ 40,4 milhões, Itaboraí R\$ 11,1 milhões e Maricá R\$ 17,7 milhões. Segundo Tânia Vilela, o aquecimento do mercado imobiliário em Niterói impulsionou os números de arrecadação com o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), que é o imposto cobrado sobre emissão e



mudanças de documentação de imóveis. Niterói avançou 117,2% em arrecadação no período, chegando a R\$ 82,1 milhões. São Gonçalo também apresentou bom crescimento, arrecadou R\$ 14,2 milhões, um aumento de 140% comparado a 2007. Maricá arrecadou R\$ 8,7 milhões e Itaboraí R\$ 9,1 milhões.

"O aumento no ITBI é bastante impulsionado pela construção civil e pela concessão de

*Recolhimento do IPTU em Niterói é muito maior do que nas cidades vizinhas, mostra levantamento*

financiamento para a compra de moradia. Cidades que estão com esse setor aquecido conseguem significativa arrecadação do imposto", ressalta a diretora.

Ainda segundo Tânia Vilela, a arrecadação dos municípios com impostos e os repasses das esferas superiores de governo correspondem à capacidade de investimento que cada um tem. O crescimento da receita

corrente dos municípios da região foi visível nos cinco anos do levantamento (2007 a 2012), sobretudo em Itaboraí e Maricá. As cidades tiveram um aumento na receita arrecadada de 119,3% e 133,2%, no período, respectivamente. Em 2007, a receita de Itaboraí era de R\$ 130 milhões e saltou para R\$ 504,4 milhões em 2012.

Em Maricá, o capital para investimentos em 2007 era de R\$ 128,6 milhões e foi para R\$ 300 milhões cinco anos depois. Mesmo a arrecadação de Niterói sendo bem maior que a dos demais municípios do entorno, o aumento da receita da cidade no período foi mais tímido, apresentado uma variação de 25,7%. Em 2007, a receita do município era um pouco mais de R\$ 1 bilhão e no ano passado fechou em aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. São Gonçalo teve um aumento significativo, de 117,4%, saindo de R\$ 397,6 milhões em 2007 para R\$ 864,7 milhões em 2012.

**Fontes de arrecadação** - Os municípios dispõem de diversas fontes de captação de receitas. Uma delas é o ICMS (Índice de Participação dos Municípios). Trata-se de uma arrecadação feita pelo estado, onde 25% são repassados aos

municípios. O valor adicionado é o principal critério para distribuição do ICMS, com isso as cidades que apresentam maior dinamismo econômico tendem a receber valores maiores.

De acordo com o levantamento, entre os municípios com mais de 300 mil habitantes, com exceção da capital, Niterói teve destaque na arrecadação de ICMS e chegou a receber R\$ 181 milhões, em 2012. São Gonçalo também apresentou crescimento relevante, recebendo R\$ 159 milhões. Maricá e Itaboraí receberam R\$ 25 milhões e 35,5 milhões, respectivamente.

Outra fonte, o FTP (Fundo de Participação dos Municí-

*Cidade da região que mais investe no Legislativo é Niterói. Em 2012 foram aplicados R\$ 38,7 milhões*

pios), que é uma transferência de recursos da União, também teve participação importante na receita das cidades. Maricá é a que tem maior fatia de sua

arrecadação, fruto desse repasse. Cerca de 10% da receita do município vem do FTP, que em 2012 representava R\$ 30,6 milhões. Niterói arrecadou de FTP, em 2012, R\$ 45,1 milhões, São Gonçalo R\$ 47,9 milhões e Itaboraí R\$ 45,1 milhões.

Na região, os royalties também são fontes de arrecadação bem significativas para os municípios de Niterói e Maricá. Na cidade da Região dos Lagos, os royalties chegam a representar 36,9% da receita. Em 2012, o valor chegou a R\$ 110,7 milhões, aumentando em 1.421,2% em relação a 2007, quando estava em R\$ 7,2 milhões. Niterói recebeu R\$ 100,8 milhões em royalties, em 2012, mas é menos dependente do recurso. Em toda a arrecadação da cidade, eles representam apenas 1,6%. São Gonçalo e Itaboraí ainda contam com pouca arrecadação oriunda desta área. Na cidade do Comperj, que arrecadou no ano passado R\$ 13,8 milhões, o crescimento no período foi de 54,7%, o mesmo de São Gonçalo.

Com o ISS (Imposto Sobre Serviço), a cidade que mais cresceu a arrecadação foi Itaboraí, mesmo Niterói apresentando valores significativos. ■



Aumento da arrecadação com o ITBI em Niterói foi impulsionado pela construção civil e pela concessão de financiamento para a compra de moradias



## Divisão do bolo

O anuário, além de levantar os números referentes à arrecadação, também divulga as despesas feitas com a receita. A divisão é feita por quatro áreas de grande investimento: despesas com o Poder Legislativo, educação, saúde e assistência social. A cidade que mais investe no Legislativo na região é Niterói, que em 2012 injetou R\$ 38,7 milhões na atividade parlamentar. Itaboraí foi a que mais aumentou o investimento desde 2007, a variação é de 85,4% em relação a 2012. A cidade que investia R\$ 5,7 milhões, em cinco anos, passou a investir R\$ 10,7 milhões na Câmara. São Gonçalo gastou R\$13,6 milhões, em 2012, enquanto Maricá R\$ 6,7 milhões.

Com a educação, Itaboraí também aumentou os investimentos para R\$ 154,3 milhões, 104,8% a mais que em 2007, quando o gasto com o setor foi de R\$ 75,3 milhões. Niterói manteve a variável de investimento em educação, fechando 2012 com R\$ 235,9 milhões de sua receita aplicada no ensino. São Gonçalo investiu R\$ 200,9 milhões e Maricá R\$ 69,5 milhões, em 2012. Um aumento comparado com 2007 de 40,7% e 79,2%, respectivamente.

Com o crescimento da receita arrecadada em Itaboraí, os gastos também cresceram. Com a saúde, o município gastou, em 2012, R\$ 135,4 milhões, cerca de 120% a mais que em 2007. São Gonçalo investiu R\$ 279,8 milhões em 2012 e Maricá R\$ 50,6 milhões. Niterói investiu R\$326,1 milhões, aumentando 22,5% os gastos com o setor nos cinco anos analisados. Mesmo a cidade tendo diminuído os investimentos em assistência social no período em 18,2%, ela ainda é a segunda da região que mais investe no setor, atrás apenas de São Gonçalo. Na área de assistência social, Niterói gastou em R\$ 12,2 milhões e São Gonçalo R\$ 20,9 milhões. Maricá investiu R\$ 2,8 milhões e Itaboraí R\$ 6,3 milhões. ■

# Cresce arrecadação na região Leste Fluminense

Por: *Leonardo Sodré* 15/12/2013

**Niterói ficou em destaque com aumento de 117% nos últimos cinco anos. Em Itaboraí a arrecadação com ISS cresceu 2,8 mil % no mesmo período.**

A expansão do crescimento imobiliário em Niterói representou significativo aumento na arrecadação do imposto cobrado sobre essas transações, o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis). Nos últimos cinco anos, Niterói avançou 117,2% em arrecadação no período, chegando a R\$ 82,1 milhões. Já em Itaboraí, o destaque é para o crescimento de arrecadação com Imposto Sobre Serviço (ISS). O aumento no período de 2007 a 2012, chegou a 2.807,3%. O município que arrecadava R\$ 5,7 milhões com o imposto há cinco anos atrás, fechou 2012 com R\$ 168,3 milhões arrecadados.

O detalhamento das arrecadações e investimentos realizados com a renda em Niterói e Itaboraí, como também em São Gonçalo e Maricá, foram divulgados no anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Para a diretora da Aequus Consultoria, responsável pela publicação, Tânia Vilela, os investimentos em Itaboraí por conta do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) justificam o crescimento.

“Na medida em que a cidade recebe novas empresas e passa a recolher os tributos, isso reflete no tesouro municipal. Isso é o que está acontecendo em Itaboraí”, ressalta.

Niterói, por sua vez, arrecadou de ISS em 2012 R\$ 204,3 milhões, 74,6 % a mais que em 2007. São Gonçalo arrecadou R\$ 56,3 milhões no ano passado, enquanto Maricá recebeu R\$ 17,2 milhões. A variação nas duas cidades, comparado com 2007, foi de 69,0% e 296,2% respectivamente.

Já o recolhimento do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) em Niterói é muito maior do que nas cidades vizinhas, de acordo com o estudo. Em 2012, o município arrecadou R\$ 199,7 milhões enquanto São Gonçalo recolheu R\$ 40,4 milhões, Itaboraí R\$ 11,1 milhões e Maricá R\$ 17,7 milhões. Segundo Tânia Vilela, o aquecimento do mercado imobiliário em Niterói impulsionou os números de arrecadação com o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), que é o imposto cobrado sobre emissão e mudanças de documentação de imóveis. Niterói avançou 117,2% em arrecadação no período, chegando a R\$ 82,1 milhões. São Gonçalo também apresentou bom crescimento, arrecadou R\$ 14,2 milhões, um aumento de 140% comparado a 2007. Maricá arrecadou R\$ 8,7 milhões e Itaboraí R\$ 9,1 milhões.

“O aumento no ITBI é bastante impulsionado pela construção civil e pela concessão de financiamento para a compra de moradia. Cidades que estão com esse setor aquecido conseguem significativa arrecadação do imposto”, ressalta a diretora.

Ainda segundo Tânia Vilela, a arrecadação dos municípios com impostos e os repasses das esferas superiores de governo correspondem à capacidade de investimento que cada um tem. O crescimento da receita corrente dos municípios da região foi visível nos cinco anos do levantamento (2007 a 2012), sobretudo em Itaboraí e Maricá. As cidades tiveram um aumento na receita arrecadada de 119,3% e 133,2%, no período, respectivamente. Em 2007, a receita de Itaboraí era de R\$ 130 milhões e saltou para R\$ 504,4 milhões em 2012.



Em Maricá, o capital para investimentos em 2007 era de R\$ 128,6 milhões e foi para R\$ 300 milhões cinco anos depois. Mesmo a arrecadação de Niterói sendo bem maior que a dos demais municípios do entorno, o aumento da receita da cidade no período foi mais tímido, apresentado uma variação de 25,7%. Em 2007, a receita do município era um pouco mais de R\$ 1 bilhão e no ano passado fechou em aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. São Gonçalo teve um aumento significativo, de 117,4%, saindo de R\$ 397,6 milhões em 2007 para R\$ 864,7 milhões em 2012.

Fontes de arrecadação - Os municípios dispõem de diversas fontes de captação de receitas. Uma delas é o ICMS (Índice de Participação dos Municípios). Trata-se de uma arrecadação feita pelo estado, onde 25% são repassados aos municípios. O valor adicionado é o principal critério para distribuição do ICMS, com isso as cidades que apresentam maior dinamismo econômico tendem a receber valores maiores.

De acordo com o levantamento, entre os municípios com mais de 300 mil habitantes, com exceção da capital, Niterói teve destaque na arrecadação de ICMS e chegou a receber R\$ 181 milhões, em 2012. São Gonçalo também apresentou crescimento relevante, recebendo R\$ 159 milhões. Maricá e Itaboraí receberam R\$ 25 milhões e 35,5 milhões, respectivamente.

Outra fonte, o FTP (Fundo de Participação dos Municípios), que é uma transferência de recursos da União, também teve participação importante na receita das cidades. Maricá é a que tem maior fatia de sua arrecadação, fruto desse repasse. Cerca de 10% da receita do município vem do FTP, que em 2012 representava R\$ 30,6 milhões. Niterói arrecadou de FTP, em 2012, R\$ 45,1 milhões, São Gonçalo R\$ 47,9 milhões e Itaboraí R\$ 45, 1 milhões.

Na região, os royalties também são fontes de arrecadação bem significativas para os municípios de Niterói e Maricá. Na cidade da Região dos Lagos, os royalties chegam a representar 36,9% da receita. Em 2012, o valor chegou a R\$ 110,7 milhões, aumentando em 1.421,2% em relação a 2007, quando estava em R\$ 7,2 milhões. Niterói recebeu R\$ 100,8 milhões em royalties, em 2012, mas é menos dependente do recurso. Em toda a arrecadação da cidade, eles representam apenas 1,6%. São Gonçalo e Itaboraí ainda contam com pouca arrecadação oriunda desta área. Na cidade do Comperj, que arrecadou no ano passado R\$ 13,8 milhões, o crescimento no período foi de 54,7%, o mesmo de São Gonçalo. Com o ISS (Imposto Sobre Serviço), a cidade que mais cresceu a arrecadação foi Itaboraí, mesmo Niterói apresentando valores significativos.

#### Divisão do Bolo

O anuário, além de levantar os números referentes à arrecadação, também divulga as despesas feitas com a receita. A divisão é feita por quatro áreas de grande investimento: despesas com o Poder Legislativo, educação, saúde e assistência social. A cidade que mais investe no Legislativo na região é Niterói, que em 2012 injetou R\$ 38,7 milhões na atividade parlamentar. Itaboraí foi a que mais aumentou o investimento desde 2007, a variação é de 85,4% em relação a 2012. A cidade que investia R\$ 5,7 milhões, em cinco anos, passou a investir R\$ 10,7 milhões na Câmara. São Gonçalo gastou R\$13,6 milhões, em 2012, enquanto Maricá R\$ 6,7 milhões.

Com a educação, Itaboraí também aumentou os investimentos para R\$ 154,3 milhões, 104,8% a mais que em 2007, quando o gasto com o setor foi de R\$ 75,3 milhões. Niterói manteve a variável de investimento em educação, fechando 2012 com R\$ 235,9 milhões de sua receita aplicada no ensino. São Gonçalo investiu R\$ 200,9 milhões e Maricá R\$ 69,5 milhões, em 2012. Um aumento comparado com 2007 de 40,7% e 79,2%, respectivamente.

Com o crescimento da receita arrecadada em Itaboraí, os gastos também cresceram. Com a saúde, o município gastou, em 2012, R\$ 135,4 milhões, cerca de 120% a mais que em 2007. São Gonçalo investiu R\$ 279,8 milhões em 2012 e Maricá R\$ 50,6 milhões. Niterói investiu R\$ 326,1 milhões, aumentando 22,5% os gastos com o setor nos cinco anos analisados. Mesmo a cidade tendo diminuído os investimentos em assistência social no período em 18,2%, ela ainda é a segunda da região que mais investe no setor, atrás apenas de São Gonçalo. Na área de assistência social, Niterói gastou em R\$ 12,2 milhões e São Gonçalo R\$ 20,9 milhões. Maricá investiu R\$ 2,8 milhões e Itaboraí R\$ 6,3 milhões.



Natividade foi um dos que mais reduziu investimentos em saúde e educação no Noroeste



Os municípios da Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro registraram aumento de 38,5% na receita corrente em 2012, em relação a 2007. Em comparação a 2011, o crescimento foi de 1,5%, chegando ao total de R\$ 755,8 milhões no fim do ano passado. Os repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representaram 46,8% da receita corrente desses municípios. O levantamento é do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, lançado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Itaperuna foi a cidade no Noroeste Fluminense que recebeu a maior receita corrente em 2012, com R\$ 183,1 milhões, seguida por Santo Antônio de Pádua (R\$ 79 milhões) e

Bom Jesus de Itabapoana (R\$ 64 milhões). De 2007 a 2012, Laje de Muriaé apresentou o maior crescimento da receita na região, passando de R\$ 19,5 milhões para R\$ 32,9 milhões, alta de 68,6% no período.

O anuário estatístico mostra ainda que a quota parte do ICMS (como o imposto é estadual, o repasse é feito do Estado para o município) foi responsável por 29% da receita corrente das cidades do Noroeste Fluminense em 2012. Esses municípios receberam R\$ 218,9 milhões do recurso, que foi 3,6% maior do que o ano anterior e 32% acima do recebido em 2007. Com R\$ 36,3 milhões, Itaperuna teve a maior fatia da região. Em seguida, aparecem Santo Antônio de Pádua (R\$ 21,9 milhões), Bom Jesus de Itabapoana (R\$ 19,6 milhões) e Itaocara (R\$ 15,8 milhões).

Após dois anos consecutivos de crescimento, as transferências do FPM para as cidades do Noroeste Fluminense caíram em 2,4% em 2012, ante 2011. O fundo é formado por 23,5% do recolhimento líquido do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que não apresentaram crescimento no ano passado. Como o primeiro tributo ficou praticamente estagnado na comparação com o ano anterior e o segundo teve queda de 7% no mesmo período, os repasses do FPM reduziram para as cidades de todo o País. No acumulado de seis anos (2007-2012), as transferências do fundo cresceram 29,4% para os municípios do Noroeste do Estado, passando de R\$ 103,9 milhões para R\$ 134,5 milhões, no total. Os repasses do fundo representam 17,8% da receita corrente desses municípios.

## **Despesas com educação e saúde**

O levantamento do anuário Finanças dos Municípios Fluminenses mostra que as cidades do Noroeste Fluminenses destinaram 23,6% de toda despesa municipal para a educação e 26,9% para a saúde. Esses percentuais são superiores à média dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, que destinou 20,7% para a educação e 22,4% para a saúde.

Os **gastos com educação** na região em 2012 foram 11,1% maior do que o ano anterior. São José de Ubá teve o maior crescimento (31,3%) e Itaperuna o maior montante aplicado (R\$ 42,3 milhões). **Dois municípios reduziram suas despesas, Italva (-12,4%) e Natividade (-7,3%)**. Já na comparação com 2007, a maior alta foi verificada em Aperibé (116,1%) e o que teve **o menor ritmo de crescimento foi Natividade, que avançou apenas 14,7% no período**.

As **despesas com saúde** do conjunto dos municípios do Noroeste Fluminense representam 26,9% da despesa total das prefeituras e tiveram redução de 10% no ano passado, em relação a 2011, caindo de R\$ 217,7 milhões para R\$ 196 milhões. A queda se deve, principalmente, à Itaperuna, que aplica o maior montante na região e reduziu seus gastos com saúde em 25%, influenciando diretamente o total dos municípios. Também apresentaram queda Porciúncula (-16,7%), Aperibé (-14,2%) e **Natividade (-7,1%)**. Bom Jesus do Itabapoana se destacou pelo crescimento 64,1% nas suas despesas com saúde em 2012, ante 2011, embora no período de seis anos tenha registrado queda de 53,2%.



## **Sobre o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses**

O anuário Finanças dos Municípios Fluminenses reúne números referentes a receitas, despesas, resultado orçamentário, quota-parte municipal no ICMS, FPM, Royalties, ISS, IPTU, ITBI, taxas, pessoal, custeio, investimentos, juros e amortização da dívida, legislativos municipais, educação, saúde e assistência social.

O anuário faz um levantamento dos números apresentados nos balanços municipais divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em agosto de 2013. Outras fontes de dados e estimativas utilizadas pelo anuário são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Receita Federal do Brasil (RFB), a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público com Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Sioppe). Todos os dados são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para possibilitar a comparação entre diversos períodos. Foram utilizados índices médios anuais, com preços corrigidos para 2012 – ano de referência das informações desta edição da revista.

*Da redação da Rádio Natividade – Fonte: Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses*

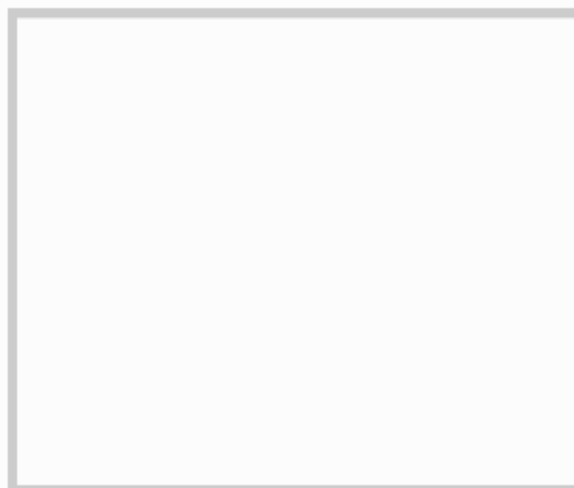
## Arrecadação de imposto de transmissão de imóveis cresce 20% no Rio de Janeiro

Com adicional de R\$ 124 milhões, frente a 2011, ITBI arrecadou R\$ 748,9 milhões em 2012

Por Luiza Belloni Veronesi | 8h52 | 18-12-2013

A A A

SÃO PAULO - A arrecadação do ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) na cidade do Rio de Janeiro cresceu 20% em 2012, alcançando R\$ 748,9 milhões, um adicional de R\$ 124 milhões frente a 2011. As informações são de um levantamento feito para o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, realizado pela Aequis Consultoria, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.



O aumento do imposto não é realidade apenas para a capital do estado. O total arrecadado entre os municípios vem registrando sucessivos acréscimos a cada ano, superando, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 bilhão em 2012 - valor 17,7% maior que do ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) médio anual de 2012.

“Assim como a capital, os demais municípios de grande porte vêm obtendo um intenso incremento de receita com o tributo nos últimos anos, movimento que, em menor proporção, também ocorre nos municípios de pequeno e médio porte, aqueles com população inferior a 100 mil habitantes”, explicou o estudo.

Em 2006, o tributo respondia por apenas 1,7% da receita corrente dos municípios fluminenses. Ao passar dos anos, contudo, sua representatividade cresceu nos orçamentos das cidades do Rio de Janeiro. “Influenciado pelo crescimento do crédito para financiamentos imobiliários e pela valorização imobiliária, o ITBI experimentou expansões mais expressivas que a média da receita corrente, chegando a representar, no ano de 2012, 2,6% do orçamento corrente das prefeituras.”

Em 2012, os municípios fluminenses arrecadaram com o ITBI o equivalente a R\$ 64,43 por habitante. Puxado pelo desempenho do tributo e um crescimento moderado da população, esse valor foi 16,8% maior que em 2011, quando o conjunto das prefeituras recolheu R\$ 55,16 per capita.

### **Motivos**

O levantamento aponta a expansão do crédito imobiliário como a principal causa para o aumento da arrecadação. Entre 2008 e 2012, o financiamento imobiliário no estado do Rio de Janeiro cresceu, em média, 33,4% ao ano, em decorrência da demanda reprimida existente no mercado de imóveis, principalmente nos grandes centros urbanos. Com o surgimento dos novos empreendimentos, a base tributária do imposto aumentou significativamente, refletindo-se na arrecadação dos municípios.

Vale lembrar que a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de competência municipal, não existindo limite para sua fixação.

### **IPTU**

Já o IPTU (Propriedade Predial e Territorial Urbana) cresceu 2,4% na soma dos municípios fluminenses em 2012, comparado à arrecadação de 2011, com base em valores corrigidos pelo IPCA médio anual de 2012. Foram arrecadados R\$ 2,45 bilhões em todo o estado, o que correspondeu ao incremento de R\$ 56,6 milhões no ano.



UOL ECONOMIA

YAHOO! NOTÍCIAS  
BRASIL

 **BOL**  
NOTÍCIAS

 **msn** DINHEIRO

Info Money

18/12/2013 08h52

SÃO PAULO - A arrecadação do ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) na cidade do Rio de Janeiro cresceu 20% em 2012, alcançando R\$ 748,9 milhões, um adicional de R\$ 124 milhões frente a 2011. As informações são de um levantamento feito para o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, realizado pela Aequis Consultoria, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

O aumento do imposto não é realidade apenas para a capital do estado. O total arrecadado entre os municípios vem registrando sucessivos acréscimos a cada ano, superando, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 bilhão em 2012 - valor 17,7% maior que do ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) médio anual de 2012.

"Assim como a capital, os demais municípios de grande porte vêm obtendo um intenso incremento de receita com o tributo nos últimos anos, movimento que, em menor proporção, também ocorre nos municípios de pequeno e médio porte, aqueles com população inferior a 100 mil habitantes", explicou o estudo.

Em 2006, o tributo respondia por apenas 1,7% da receita corrente dos municípios fluminenses. Ao passar dos anos, contudo, sua representatividade cresceu nos orçamentos das cidades do Rio de Janeiro. "Influenciado pelo crescimento do crédito para financiamentos imobiliários e pela valorização imobiliária, o ITBI experimentou expansões mais expressivas que a média da receita corrente, chegando a representar, no ano de 2012, 2,6% do orçamento corrente das prefeituras."

Em 2012, os municípios fluminenses arrecadaram com o ITBI o equivalente a R\$ 64,43 por habitante. Puxado pelo desempenho do tributo e um crescimento moderado da população, esse valor foi 16,8% maior que em 2011, quando o conjunto das prefeituras recolheu R\$ 55,16 per capita.

### **Motivos**

O levantamento aponta a expansão do crédito imobiliário como a principal causa para o aumento da arrecadação. Entre 2008 e 2012, o financiamento imobiliário no estado do Rio de Janeiro cresceu, em média, 33,4% ao ano, em decorrência da demanda reprimida existente no mercado de imóveis, principalmente nos grandes centros urbanos. Com o surgimento dos novos empreendimentos, a base tributária do imposto aumentou significativamente, refletindo-se na arrecadação dos municípios.

Vale lembrar que a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de competência municipal, não existindo limite para sua fixação.

### **IPTU**

Já o IPTU (Propriedade Predial e Territorial Urbana) cresceu 2,4% na soma dos municípios fluminenses em 2012, comparado à arrecadação de 2011, com base em valores corrigidos pelo IPCA médio anual de 2012. Foram arrecadados R\$ 2,45 bilhões em todo o estado, o que correspondeu ao incremento de R\$ 56,6 milhões no ano.



## FERNANDO MOLICA INFORME DO DIA

■ e-mail: [informe@odia.com.br](mailto:informe@odia.com.br)

Com Carlos Brito e Luisa Bustamante



### COLOCAÇÃO RUIM

**E**m 2012, a prefeitura aumentou em 20,2% os investimentos em saúde. Mas, no cálculo que leva em conta a aplicação de recursos por habitante, a cidade do Rio de Janeiro conquistou apenas o 64º lugar entre todos os 92 municípios do estado.

De acordo com o anuário 'Finanças dos Municípios Fluminenses', no ano passado a prefeitura gastou, em saúde, R\$ 566,65 por pessoa. São João da Barra, o campeão em investimentos per capita, aplicou R\$ 3.059, seguido por Porto Real, com R\$ 2.949.

#### Na rabeira

■ A lanterninha é de Bom Jesus do Itabapoana, que destinou R\$ 135,55 por pessoa — e olha que a cidade investiu no setor 64,1% a mais do que em 2011.

#### Menos verbas

■ Houve diminuição de recursos em 20 cidades. Em São Francisco de Itabapoana, a queda foi de 60,7%.





19/12/2013 00:29:21

## Colocação ruim

Prefeitura aumentou em 20,2% os investimentos em saúde em 2012, mas o Rio conquistou apenas o 64º lugar entre todos os 92 municípios do estado em pesquisa

### **FERNANDO MOLICA**

Rio - Em 2012, a prefeitura aumentou em 20,2% os investimentos em saúde. Mas, no cálculo que leva em conta a aplicação de recursos por habitante, a cidade do Rio de Janeiro conquistou apenas o 64º lugar entre todos os 92 municípios do estado.

De acordo com o anuário 'Finanças dos Municípios Fluminenses', no ano passado a prefeitura gastou, em saúde, R\$ 566,65 por pessoa. São João da Barra, o campeão em investimentos per capita, aplicou R\$ 3.059, seguido por Porto Real, com R\$ 2.949.

### **Na rabeira**

A lanterninha é de Bom Jesus do Itabapoana, que destinou R\$ 135,55 por pessoa — e olha que a cidade investiu no setor 64,1% a mais do que em 2011

### **Menos verbas**

Houve diminuição de recursos em 20 cidades. Em São Francisco de Itabapoana, a queda foi de 60,7%.



### **Correção**

Diferentemente do que publicamos na semana passada em reportagem sobre a arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o município do Rio de Janeiro recebeu, em 2012, um montante de R\$ 748,9 milhões — e não R\$ 748,9 bilhões. O valor arrecadado corresponde a 71,6% do total gerado em todo o estado, que foi de R\$ 1,05 bilhão. Os números estão no anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses, publicado pela Aequus Consultoria e pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.